D.O.M. Estado do Rio de Janeiro, 15 de Dezembro de 2025
Subsecretaria de Comunicação
Ano XXI Edição Nº 2422
PREFEITURA MANGARATIBA

DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 · Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

Descarte irregular de entulho é crime em Mangaratiba!

A Prefeitura de Mangaratiba reforça a importância do descarte correto de resíduos na cidade. A nova Lei 1.586/25 já está em vigor e deve ser respeitada por todos para garantir uma cidade mais limpa, segura e sustentável. Não despeje entulhos nas calçadas e vias públicas da cidade! Faça o descarte correto. Basta agendar a retirada de forma gratuita junto as administrações dos distritos (para até 50 sacos).

E se flagar o despejo irregular, denuncie através do WhatsApp **(21) 99953-4426.**

Diga não ao entulho na rua. Descarte irregular é crime e prejudica todos! Faça a sua parte.



PREFEITO
LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO

VICE-PREFEITO
LUCAS DA SILVA VENITO

CHEFE GERAL DE GABINETE
MICHEL ELIZIARIO SANTOS

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
ANDRÉ BRASIL DE SIQUEIRA

CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO
MARCOS BARBOSA CAVALCANTE JÚNIOR

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS
LUCIANA CAMPOS PEREIRA DA SILVA SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RENATO DELMIRO CABRAL

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
EDUARDO FERREIRA JORDÃO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
LUÍS EDUARDO LOPES DA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TESOURO
MARCELLO COSTA DA ROSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS
NATACHA ISABELA TOREZANI KEDE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA
RICARDO GICQUEL DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
LUCAS DA SILVA VENITO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
PAULO ROGÉRIO GONÇALVES ESCARANI

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
LAURO TENÓRIO PINHEIRO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA
RODRIGO SANTOS BONDIM

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO
ANDERSON BRITO DE QUADROS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS
VITOR TENÓRIO SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE
LEÔNIO DA SILVEIRA DIAS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA
NELSON LEITE DA SILVA JÚNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
RÔMULO DOS SANTOS NOGUEIRA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA MULHER
GABRIELA ANGELO DO NASCIMENTO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE
ANA LUÍSA DA SILVA VENITO

PRESIDENTE DO INSTITUTO JOSÉ MIGUEL
LIDIO COUTO AMORIM

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MÁRIO PEIXOTO
PAULO HENRIQUE DO VALLE SANTOS

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MANGARATIBA
ANDERSON DA SILVA MOREIRA

PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES DE MANGARATIBA
EDUARDO ESTRELA DOS SANTOS

PRESIDENTE
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS

VICE PRESIDENTE
MAIR ARAÚJO BICHARA

1º SECRETÁRIO
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL

2º SECRETÁRIO
JOSUÉ DOS SANTOS

VEREADORES:
AILTON SOARES JUNIOR
ALCIMAR MOREIRA CARVALHO
ANTONIO CESAR DOS SANTOS JUNIOR
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL
DANIEL DE SOUZA VASCONCELLOS
JOÃO FELIPPE DE SOUZA OLIVEIRA
JOSUÉ DOS SANTOS
KAIO LUIZ PEIXOTO FREIJANES
MAIR ARAÚJO BICHARA
MARCIO SARGUIS TELHADO
NIELSON KOPKE DE JESUS
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS
YURY AGUIAR DOS REIS

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE 25% AO CONTRATO N° 008/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 750/2025 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADA: CDM FORTE GÁS LTDA
Fundamentação Legal: artigo 125, da Lei Federal 14.133 de 2021.
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de 25% de valor do contrato n° 008/2025, tendo por escopo a Contratação de empresa especializada no fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP), em botijões de 13 kg e 45 kg, mediante sistema de troca de botijões, a serem entregues nas unidades escolares do Município de Mangaratiba, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações descritas no Termo de Referência.
Valor: Dá-se a este Termo Aditivo o valor de R$ 110.520,00 (cento e dez mil e quinhentos e vinte reais), equivalentes ao aumento de 25 % (vinte cinco por cento) ao objeto. Perfazendo o valor global de R$ 552.600,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil e seiscentos reais).
Dotação: As despesas decorrentes da presente prorrogação correrão pela dotação orçamentária de rubrica n° 02.08.01.12.361.0009.2048.3.3.90.30.001500, 02.08.01.12.365.0009.2011.3.3.90.30.001500, 02.08.01.12.365.0009.2012.3.3.90.30.001500 e 02.08.01.12.366.0009.2026.3.3.90.30.001500,
DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS
As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo instrumento contratual, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.
Data da Assinatura: Mangaratiba,04, de dezembro de 2025.

EXTRATO DO CONTRATO N° 085/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10461/2025- ORIUNDO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 040/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 033/2025- PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: A4PM ANALYTICS FOR PUBLIC MANAGEMENT LTDA
Fundamentação Legal: Lei Federal n° 14.133/2021, e suas alterações
Objeto: O presente instrumento tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada no para fornecimento de licença de uso do Sistema de Gestão da Saúde Pública, prestação de serviços de implantação e treinamento, manutenção (corretiva, adaptativa e evolutiva), suporte técnico e hospedagem de software l, necessária à automação e à gestão da prestação de serviços de Saúde pública ao Município de Mangaratiba. Cujas especificações de quantidades, características, licenças e unidades a serem abrangidas, encontram-se descritas no Termo de Referência e Ata de Registro de Preço n° 040/2025- SRP 033/2025
Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do presente instrumento.
Dotação Orçamentaria: As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária n° 03.01.01.10.302 .0007.2024.3.3.90.39.99.1635, tendo sido emitida nota de empenho de n°00572/2025-01.
Valor: Dá-se a este contrato o valor global estimado de R$ 1.536.840,00 (um milhão, quinhentos e trinta e seis mil e oitocentos e quarenta reais).
Data da Assinatura: Mangaratiba, 11de dezembro de 2025.

EXTRATO DO CONTRATO N° 082/2025, ORIUNDO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 024/2025 SMDC- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5675/2025- PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADA: GARDEM MACHINES COMECIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS DE JARDINAGENS LTDA
Fundamentação Legal: ART. 75, II, da Lei Federal 14.133/2021, e suas alterações.
Objeto: O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de empresa especializada em na aquisição de equipamentos de proteção individual -EPIs, ferramentas e materiais de sinalização e tecnologias especializadas para operações da Defesa Civil Municipal, conforme especificações encontram-se descritas no Termo de Referência.
Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da data da assinatura pelas partes do presente instrumento, cujo extrato será publicado no Diário Oficial do Município.
Dotação Orçamentaria: As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias para este exercício n° 02.16.01.06.182.0006.2064.4.4.90.52.00 e 02.16.01.06.182.0006.2064.3.3.90.30.00
Valor: Dá-se a este contrato o valor global correspondente R$ 54.059,00 (cinquenta e quatro mil e cinquenta e nove reais).
Data da Assinatura: Mangaratiba, 08 de dezembro de 2025.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

LEI Nº 1.632, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre o Programa Bombeiro Mirim no Município de Mangaratiba e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 92, I, da Lei Orgânica do município faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL, aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito deste Município, o Programa "Bombeiro Mirim".

Art. 2º São beneficiários do programa instituído por Lei, crianças e adolescentes, de ambos os sexos, em idade compreendida entre 04 e 17 anos, matriculados nas unidades escolares da rede pública, residentes e domiciliados no Município de Mangaratiba.

Parágrafo único. As crianças e adolescentes beneficiários do Programa instituído por esta Lei serão denominados de BOMBEIRO MIRIM.

Art. 3º O Programa poderá ser desenvolvido em parceria com o Poder Executivo Municipal e Estadual, Entidades Filantrópicas, Associações, bem como entidades análogas.

Art. 4º São objetivos do Programa:

I- Promover segurança e cidadania: Capacitar crianças e adolescentes em práticas essenciais de primeiros socorros, prevenção de acidentes e técnicas de resgate, criando comunidades mais seguras;
II- Reduzir desigualdades sociais: Oferecer oportunidades para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, promovendo inclusão e integração;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

III- Estimular valores fundamentais: Ensinar liderança, trabalho em equipe, ética e responsabilidade;

IV- Conscientizar sobre temas cruciais: Prevenir violência, bullying e uso de drogas;

V- Incentivar a educação ambiental e favorecendo o desenvolvimento ambiental.

Art. 5º As despesas decorrentes do presente Programa "Bombeiro Mirim" serão cobertas por dotação orçamentária própria.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mangaratiba, 11 de dezembro de 2025.

LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO
Prefeito

/Mensagem n.º 038, de 09 de setembro de 2025.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

LEI Nº 1.633, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

Institui a Política de Educação em Tempo Integral no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Mangaratiba e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 92, I, da Lei Orgânica do município faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL, aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica instituída a **Política de Educação em Tempo Integral** no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Mangaratiba, nos termos desta Lei e do documento constante no Anexo I.

Art. 2º A Política de Educação em Tempo Integral tem por objetivo garantir o direito à aprendizagem, ao desenvolvimento integral e à equidade, por meio da ampliação da jornada escolar e da diversificação das práticas pedagógicas, culturais, esportivas e formativas, respeitando as especificidades de cada etapa e modalidade de ensino.

Art. 3º A implementação da Política de Educação em Tempo Integral observará:
I – os princípios da gestão democrática, da equidade e da inclusão social;
II – a articulação entre o currículo escolar e atividades complementares, visando à formação integral dos estudantes;
III – a valorização da cultura local e a integração com a comunidade escolar;
IV – a observância às metas e diretrizes do Plano Municipal de Educação, do Plano Nacional de Educação e do Programa Escola em Tempo Integral do Governo Federal.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mangaratiba, 11 de dezembro de 2025.

LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO
Prefeito

/mensagem n.º 042, de 25 de setembro de 2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

ESCOLA em Tempo Integral

Município de Mangaratiba – RJ

2023

Este documento foi elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de Mangaratiba, com a colaboração de profissionais da rede municipal de ensino e membros da comunidade escolar, no contexto da ampliação e fortalecimento da Educação em Tempo Integral no município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Prefeito: Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Vice-Prefeito: Lucas da Silva Venito

AUTORIA TÉCNICA

Coordenação Geral
• Secretário Municipal de Educação: **Renato Delmiro Cabral**

Equipe Gestora da SME
• Subsecretária de Gestão Administrativa: **Thirley Reink de Vasconcelos**
• Subsecretário de Orçamento e Finanças: **Alexandre Senna**
• Subsecretária de Gestão Pedagógica: **Eliane Maia**

Equipe Técnica
• Diretoras de Ensino: **Elaine Gonçalves** e **Márcia Maia de Miranda**
• Diretora de Legislação e Normas: **Fernanda de Souza Lima**
• Diretor de Projetos Educacionais e Diversidade: **Daniel Martinez**
• Coordenadora Municipal da Educação em Tempo Integral (ETI): **Maria das Graças Martins**
• Supervisora Educacional: **Jheniffer Vieira de Almeida**

Colaboração Direta de Representantes da Rede Municipal
• Coordenadora de Legislação e Normas: **Ariane Rossane de Oliveira**
•Gestoras das Unidades de Ensino em Tempo Integral (7h e 8h):
Anderluce Conceição de Oliveira Rezende e **Josi Sachs Gualandi**
• Coordenadora Pedagógica: **Maristela Gonçalves da Silva**
• Supervisora Educacional: **Michelle Santos Rocha**
• Professora Regente: **Núbia Rodrigues da Silva**
• Representante da Comunidade Escolar: **Elaine Gonçalves**
• Representante do Conselho Municipal de Educação: **Cristiane dos Santos Pereira de Freitas**

Participação Informativa e Diagnóstica
• Participação ativa dos setores da SME:
Educação Especial, Legislação e Normas, Gestão e Estrutura, Ensino/Pedagógico, Projetos Educacionais e Diversidade, Finanças, Compras, Programas, Nutrição e Transporte Escolar.
• Todas as unidades de ensino que ofertam atendimento em horário integral participaram de **pesquisas e levantamentos diagnósticos**, que subsidiaram a construção desta política.

Ano de elaboração: 2023/ Publicação 2025

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5
CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL 6
DEFINIÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL 7
MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E DO TEMPO INTEGRAL 7
Panorama recente 9
BREVE HISTÓRICO DO ENSINO INTEGRAL 9
DIAGNÓSTICO DA REDE DE ENSINO 10
DIRETRIZES ESTRATÉGICAS E OPERACIONAIS 13
PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ETI 13
- Distribuição de matrículas 13
- Organizações da oferta da educação em tempo integral 15
- Infraestrutura para Educação em Tempo Integral 16
MATRIZES CURRICULARES E PROPOSTA PEDAGÓGICA DIVERSIFICADA 18
CONSOLIDAÇÃO PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL 18
- Adequação curricular à realidade local 18
- Elaboração de documento orientador 19
- Reestruturação da proposta pedagógica 19
- Reorganização do tempo e dos espaços escolares 19
- Elaboração de planos de trabalho pedagógico 19
- Fomento às oficinas interdisciplinares e busca de parcerias 20
- Avaliação das oficinas na educação em tempo integral 20
- Avaliação do processo de aprendizagem 20
- Avaliação do responsável pela oficina 21
ORGANIZAÇÃO ALOCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS 21
Grade de formação 22
GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS 24
- Materiais didáticos e pedagógicos 25
- Materiais de limpeza e higiene pessoal 26
- Alimentação escolar 26
-Transporte escolar 26
- Formação docente para toda a rede de Ensino 27
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA 27
DISPOSIÇÕES FINAIS 29
Referências 29

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação de Mangaratiba, por meio da Política de Educação Integral em Tempo Integral, tem como objetivo promover a formação humana e social dos estudantes em suas múltiplas dimensões, com foco na elevação da qualidade do ensino na rede pública municipal. Considerando que a ampliação do tempo de permanência do estudante na escola é um dos caminhos para a efetivação de uma educação integral, busca-se atribuir novos sentidos à prática pedagógica, ampliando as oportunidades de aprendizagem e ressignificando saberes, por meio do acesso e da permanência em uma jornada escolar de, no mínimo, 35 horas semanais.

Como estratégia para garantir a melhoria da qualidade da educação, o município aderiu ao Programa Escola em Tempo Integral (Programa ETI), instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, cujo objetivo é fomentar a criação de matrículas em tempo integral na educação básica, visando contribuir para o cumprimento da Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014), que estabelece a ampliação da oferta de educação em tempo integral. Além da assistência financeira, o programa prevê estratégias de apoio técnico voltadas para o aprimoramento da eficiência alocativa das redes, a reorientação curricular, a diversificação de materiais pedagógicos e a criação de indicadores de avaliação contínua.

Reconhecendo a diversidade de contextos e realidades presentes na rede municipal de ensino, a Secretaria de Educação de Mangaratiba apresenta a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, que, por meio da adesão ao Programa Escola em Tempo Integral (ETI), tem como objetivo garantir o cumprimento da Meta 6 do Plano Municipal de Educação (Leis nº 963/2015 modificada pela Lei nº 1483/2023), voltada à ampliação da oferta do ensino integral, contribuindo efetivamente para a melhoria da qualidade da educação no município.

Com este documento, pretende-se estruturar e organizar uma ação estratégica envolvendo diferentes agentes políticos e educacionais do município, com o propósito de garantir a efetivação de políticas voltadas à melhoria da qualidade da educação pública, ao desenvolvimento integral dos estudantes e a elevação dos resultados de aprendizagem.

Serão apresentados neste documento norteador: a concepção de educação integral, o marco legal da educação em tempo integral, um breve diagnóstico da rede municipal de ensino, plano estratégico de distribuição de matrículas, orientações para adequações da Proposta Pedagógica Curricular e do Projeto Político-Pedagógico das escolas, organização e alocação dos profissionais da educação, gestão dos recursos financeiros, parcerias intersetoriais e diretrizes para o acompanhamento e avaliação da expansão da jornada em tempo integral.

5

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

A concepção de Educação Integral pressupõe o pleno desenvolvimento das pessoas nas diferentes etapas da vida, a centralidade do sujeito nas propostas educativas e a convicção de que a aprendizagem é fruto das relações do sujeito com tudo que o cerca.

Assim a Educação Integral visa o desenvolvimento integral dos alunos, por intermédio dos mais variados campos do conhecimento considerando o sujeito em sua condição multidimensional: intelectual, física, afetiva, emocional, social e cultural, dentre outros, possibilitando seu pleno desenvolvimento, como parte indissociável do processo de aprendizagem e de uma formação comprometida com o exercício da cidadania, visando a aprendizagem de crianças e adolescentes por meio da mobilização e integração em diferentes espaços, tempos educativos, interações sociais e diversificação de oportunidades educativas e experiências.

Dimensão Intelectual: Refere-se ao desenvolvimento das capacidades cognitivas dos estudantes, promovendo o acesso ao conhecimento, o pensamento crítico, a criatividade, a resolução de problemas e o protagonismo intelectual. Valoriza-se a aprendizagem significativa, a construção colaborativa do saber e a ampliação do repertório cultural, visando formar sujeitos autônomos, reflexivos e socialmente engajados.

Dimensão Física: Relaciona-se ao cuidado com o corpo, à saúde, à alimentação, ao descanso e ao desenvolvimento motor. Essa dimensão é promovida por meio de atividades esportivas, corporais, recreativas e rítmicas que incentivam hábitos saudáveis, consciência corporal e valorização da qualidade de vida, integrando movimento, disciplina e prazer.

Dimensão Emocional: Abrange o reconhecimento, a expressão e a gestão das emoções, o fortalecimento da autoestima, o autoconhecimento e o desenvolvimento da empatia. A educação emocional favorece relações saudáveis, o respeito às diferenças e a capacidade de enfrentar desafios pessoais e coletivos com equilíbrio e sensibilidade.

Dimensão Social: Diz respeito à vivência coletiva, à participação, à cooperação e ao sentimento de pertencimento. Valoriza-se o aprendizado por meio da interação com o outro, da atuação em grupo, do exercício da cidadania e do engajamento em ações que transformem a realidade. Essa dimensão contribui para a formação de sujeitos ativos na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Dimensão Cultural: Refere-se ao reconhecimento e à valorização da diversidade cultural, dos saberes locais e das múltiplas expressões artísticas. Essa dimensão promove o pertencimento, a identidade, o respeito às diferenças e o acesso à produção cultural como direito. Ao integrar a cultura como campo formativo, a escola amplia o repertório simbólico dos estudantes e fortalece vínculos comunitários.

A Educação Integral é, desta forma, uma concepção de educação comprometida com a construção de conhecimentos com sentido e significado por meio de aprendizagens que sejam relevantes, acessíveis, pertinentes e transformadoras para os estudantes.

6

A Educação Integral compreende o ser humano em sua totalidade e busca promover o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes, considerando suas múltiplas dimensões. Nesse sentido, a educação em tempo integral, não trata apenas da ampliação do tempo na escola, mas da ampliação das oportunidades de aprendizagem e de vivência, reconhecendo que a formação humana ultrapassa os limites do cognitivo.

DEFINIÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

O tempo integral é uma das estratégias que possibilita a materialização da proposta de um currículo de Educação Integral. E para esta estratégia propõe-se uma escola que oferece experiências educativas significativas e diversificadas, conectadas ao território, aos interesses dos alunos e aos desafios contemporâneos, promovendo assim um encontro entre os saberes acadêmicos e populares para o desenvolvimento integral e o exercício da cidadania.

É essencial que a ampliação e organização do tempo integral seja consequência do Projeto Político-Pedagógico e do Currículo escolar, associado aos espaços dentro e fora da escola, considerando a diversidade de materiais que são ofertados nas experiências educativas, atento às interações e organizações de agrupamentos entre os estudantes, promotora de saberes de diferentes matrizes étnico-raciais no currículo escolar, assim como asseguradora da escuta e participação dos estudantes e comunidades escolares nos processos educativos e na gestão escolar.

É com provado que a educação em tempo integral promove benefícios acadêmicos, sociais e econômicos, a melhora do desempenho acadêmico nas diferentes áreas do currículo, particularmente para os estudantes mais pobres e diminui a exposição à vulnerabilidade social. Assim traz benefícios para toda a sociedade.

MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E DO TEMPO INTEGRAL

A Educação Integral encontra respaldo nos principais marcos legais da legislação brasileira, uma vez que o direito ao pleno desenvolvimento humano é um princípio constitucional e uma diretriz das políticas públicas educacionais.

A Política Municipal de Educação em Tempo Integral de Mangaratiba está alinhada aos marcos legais nacionais e locais, entre os quais destacam-se:

- Constituição Federal de 1988 (Artigos 205 e 206): reconhece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Também estabelece a gestão democrática e a promoção da equidade, princípios diretamente relacionados à concepção da Educação Integral.

7

- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/1990: em seu artigo 53, assegura à criança e ao adolescente o direito à educação, com garantia de acesso, permanência e desenvolvimento integral, propondo uma rede articulada de proteção, na qual a escola desempenha papel central.

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996): prevê, em diversos artigos, o desenvolvimento integral dos estudantes, além de regulamentar a jornada escolar. Para o Ensino Fundamental, estabelece a obrigatoriedade de no mínimo quatro horas diárias, devendo ser progressivamente ampliada para o tempo integral, a critério dos sistemas de ensino. Na Educação Infantil, define o mínimo de quatro horas para o turno parcial e sete horas para o tempo integral.

- Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014: estabelece, em sua **Meta 6**, a ampliação da oferta da educação em tempo integral, com atendimento de pelo menos 25% dos estudantes da educação básica em 50% das escolas públicas, até o final da vigência do plano (2024). Também aponta, em outras metas, a importância da jornada ampliada na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

- Plano Municipal de Educação de Mangaratiba (Lei nº 963/2015 alterada pela Lei nº 1483/2023): reforça o compromisso com a Meta 6, que trata da ampliação da educação em tempo integral no município, prevendo estratégias e metas para sua implementação.

- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Integral: orientam os sistemas de ensino para a organização curricular que promova o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões, a partir de práticas interdisciplinares e da articulação com a comunidade.

- PNETI – Política Nacional de Educação em Tempo Integral (Portaria MEC nº 646/2023): define diretrizes para a consolidação da educação em tempo integral como política de Estado, integrando ações intersetoriais, formação de professores e apoio à infraestrutura escolar.

Programas e instrumentos federais de fomento

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE – 2007): com destaque para o **Programa Mais Educação**, que incentivou a oferta de educação integral em escolas públicas, articulando educação, cultura, esporte e assistência social.

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb): já desde 2007 contempla recursos específicos para matrículas em tempo integral com jornada mínima de sete horas.

Programa Escola em Tempo Integral (Lei nº 14.640/2023): criado com o objetivo de fomentar a ampliação de matrículas em tempo integral na educação básica, especialmente nas redes que atendem estudantes em situação de vulnerabilidade. A lei é acompanhada por um conjunto de normativas que regulamentam sua operacionalização:

- Portaria MEC nº 1.495/2023: - estabelece regras para adesão, pactuação de metas e repasse de recursos no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral
- Resolução FNDE nº 18/2023: - define critérios operacionais de repasse e prestação de contas dos recursos.

8

- Portaria MEC nº 2.036/2023: estabelece diretrizes para a ampliação da jornada escolar na perspectiva da educação integral.
- Portaria MEC nº 64/2023: altera o anexo da Portaria nº 1.495, atualizando metas e diretrizes do programa.

Panorama recente

Segundo o 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (2022), o Brasil apresentava, em 2021, **15,1% de matrículas** em tempo integral na rede pública, com **22,4% das escolas** oferecendo essa modalidade. Para atingir a meta do PNE até 2024, seria necessário ampliar em 27,6% o número de escolas com atendimento em tempo integral.

Diante desse cenário, a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Mangaratiba, reafirma o compromisso com a equidade, a qualidade social da educação e a superação das desigualdades. A escola, nesse contexto, torna-se um espaço de formação ampliada, de fortalecimento de vínculos e de construção de uma cidadania plena.

BREVE HISTÓRICO DO ENSINO INTEGRAL

A Educação Integral, que visa à formação completa do ser humano em suas diversas dimensões, tem como primeiro marco no Brasil o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), que defendia uma escola pública, gratuita, laica e integral. Anísio Teixeira, nos anos 1950, idealizou a Escola Parque, em Salvador, com jornada ampliada e atividades culturais. Na década de 1960, Darcy Ribeiro reforçou essa proposta ao planejar a educação em Brasília. Já nos anos 1980, os CIEPs, no Rio de Janeiro, representaram uma tentativa de expansão dessa ideia.

Com a LDB (1996) reconhecendo a educação integral na legislação, a partir dos anos 2000 surgiram experiências inovadoras em várias cidades brasileiras. Em 2007, o Programa Mais Educação buscou ampliar a jornada escolar e, em 2014, a Meta 6 do PNE estabeleceu metas concretas para sua implementação. Em 2016, foi lançado o Programa Novo Mais Educação, como reformulação do Mais Educação (de 2007), com foco no acompanhamento pedagógico no contraturno. Em 2023, a Lei nº 14.640 instituiu o Programa Escola em Tempo Integral, com a meta de criar 3,2 milhões de novas matrículas até 2026.

Em Mangaratiba, o marco de atendimento da Educação em Tempo Integral na rede pública de Educação municipal teve início em 2005, com a institucionalização da Educação Infantil. Nesse momento, as unidades anteriormente denominadas CAPEs e CRECHES, sob responsabilidade da Ação Social, passaram a integrar a Secretaria de Educação, sendo renomeadas como Centros de Educação Infantil Municipal (CEIMs). Esses centros atendiam crianças de 4 meses a 3 anos e 11 meses, em tempo integral. A partir de 2005 houve a ampliação do número de CEIMs.

9

Com a adesão aos Programas Mais Educação e Novo Mais Educação (2010-2016), o município passou a atender em horário estendido em dez unidades de ensino, alunos do Ensino Fundamental e da Educação Infantil (Pré-escolar). Com a elaboração do Plano Municipal de Educação, visando sua implementação, esse atendimento foi se consolidando e, em 2017, ocorreu a elaboração da primeira Proposta Pedagógica e da Matriz Curricular para essa modalidade de ensino, democraticamente e de forma coletiva, com representatividade das unidades envolvidas.

O PME propôs estratégias voltadas à ampliação e qualificação da Educação em Tempo Integral no município, para assegurar condições adequadas de infraestrutura, alimentação, currículo ampliado, gestão pedagógica e articulação com espaços educativos diversos. Essas estratégias se consolidam parcialmente e permanecem como diretrizes importantes que serão redirecionadas neste documento.

DIAGNÓSTICO DA REDE DE ENSINO

Mangaratiba conta com 42 unidades escolares, entre Centros Municipais de Educação Infantil, escolas de Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental, agrupadas na área urbana e área rural. Dentre essas unidades, 12 oferecem atendimento em tempo integral com carga horária de 40 horas semanais para a etapa creche da Educação Infantil, e outras 11 funcionam com jornada de 35 horas semanais, atendendo diferentes etapas da Educação.

Em meio a esse universo educativo, a rede atende à Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação do Campo.

De acordo com o PME, a Educação do Campo do município de Mangaratiba contempla 11 Unidades Escolares, sendo duas Unidades Escolares localizadas no Primeiro Distrito – Mangaratiba, contemplando os espaços de florestas, agricultura e pecuária; uma Unidade Escolar localizada no Segundo Distrito – Conceição de Jacareí, contemplando os espaços de floresta, pesqueira e caiçara; quatro Unidades Escolares localizadas no Terceiro Distrito – Itacuruçá, contemplando áreas quilombola, pesqueira e caiçara; duas Unidades Escolares localizadas no Quinto Distrito – Serra do Piloto, contemplando os espaços de florestas, agricultura e pecuária; duas Unidades Escolares localizadas no Sexto Distrito – Praia Grande, contemplando os espaços de floresta, pesqueira e caiçara. Dessas, somente uma ainda atende em horário parcial. Logo, o atendimento em horário Integral para a Educação do Campo contempla 91% dessas unidades escolares.

Todas as unidades de ensino que ofertam em tempo integral em Mangaratiba, atendem ou poderão atender estudantes com deficiência, entendendo-se que a matrícula e a permanência desses estudantes devem ser garantidas, assim como o direito de acesso a tratamentos médicos ou terapêuticos.

Em relação à Meta 6 do PNE (PME), em 2023 Mangaratiba teve um alcance de 55% no total das escolas da rede, com 23 unidades escolares atendendo em tempo integral, porém, ainda é considerado um desafio para o município, a garantia de pelo menos 25% em matrículas da educação básica. De acordo com o censo de 2023,

atingiu 21% das matrículas em tempo integral, mas ainda não há um equilíbrio de permanência das matrículas no percurso da educação básica.

MATRÍCULAS		ENSINO REGULAR					
		EDUCAÇÃO INFANTIL		ENSINO FUNDAMENTAL			
		CRECHE	PRÉ-ESCOLA	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	TOTAL	Percentual de atendimento ETI
2022	DA REDE	*993*	*1 020*	*2 845*	*2 188*	*7 046*	21%
	ETI	**890 (89%)**	**174 (17%)**	**375 (13%)**	**-(0%)**	***1.439***	
2023	***DA REDE***	***1 059***	***1 043***	**2 838**	***2 156***	***7 073***	***21%***
	ETI	**945 (89%)**	**187 (20%)**	**351 (14%)**	**(0%)**	**1 483**	

*Fonte: Censo Escolar, 2022, 2023, 2024.
*Para saber mais: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar - acesso em 30 de mai.2025

A estratégia 6.4 do PME prevê atendimento em horário integral a partir da demanda criada ou adquirida, em todos os distritos do município. Segue relação das escolas públicas que ofertam educação em tempo integral com o total de alunos atendidos em 2023, por distrito:

Unidade de Ensino do 1º distrito - Mangaratiba	**Quantitativo de alunos**				
	CRECHE - EI	**PRÉ-ESCOLA - EI**	**ANOS INICIAIS EF**	**ANOS FINAIS EF**	**Total**
CEIM Davi de Oliveira Brojo	30	-	-	-	30
CEIM Norma Pinheiro Cardoso	100	-	-	-	100
CEIM Professora Cybele Réa Jannuzzi Ruzzi	51	-	-	-	51
CEIM Professora Laura Jacobina Lacombe	42	-	-	-	42
CEIM Prof Márcia Laurentino F Moreira	18	-	-	-	18
CEIM Professora Sára Câmara da Rocha	116	-	-	-	116
CEIM Santa Justina	30	-	-	-	30
E M Antônio Conceição da Costa	27	41	-	-	68
E.M. Oliveira Bello	01	07	28	-	36
E.M. Professora Maria Rosa Magalhães	29	37	104	-	170
E.M. Raul Werneck de Castro	-	-	106	-	106
Tota ETIl	**444**	**65**	**238**	**-**	**747**

11

Unidade de Ensino do 2º distrito - Itacuruçá	Quantitativo de alunos				
	CRECHE EI	PRÉ-ESCOLA EI	ANOS INICIAIS EF	ANOS FINAIS EF	Total
CEIM Aarão de Moura Brito Filho	75	-	-	-	75
CEIM Daise Maria Pires dos Santos	33	-	-	-	33
E.M. Agostinho da Silveira Mattos	02	07	10	-	19
E.M. Águas Lindas	03	03	08	-	14
E.M. Levy Miranda	01	07	15	-	23
Tota ETIl	**114**	**17**	**33**	**-**	**164**

Unidade de Ensino do 3º Conceição de Jacareí	Quantitativo de alunos				
	CRECHE - EI	PRÉ-ESCOLA - EI	ANOS INICIAIS - EF	ANOS FINAIS - EF	Total
CEIM Professora Denise Mendes L. de Souza	168	-	-	-	168
E.M. Adalberto Pereira Pinto	0	13	52	-	65
Tota ETIl	**168**	**13**	**52**	**-**	**233**

Unidade de Ensino do 4º distrito - Muriqui	Quantitativo de alunos				
	CRECHE - EI	PRÉ-ESCOLA - EI	ANOS INICIAIS - EF	ANOS FINAIS - EF	Total
CEIM Frei Affonso Jorge Braga	131	-	-	-	131
CEIM Merereira Devany Macedo da Silva	26	-	-	-	26
Tota ETIl	**157**	**-**	**-**	**-**	**157**

Unidade de Ensino do 5º distrito - Praia Grande	Quantitativo de alunos				
	CRECHE - EI	PRÉ-ESCOLA - EI	ANOS INICIAIS - EF	ANOS FINAIS - EF	Total
E.M. Jurandir dos Santos Fernandes	16	15	23	-	54
E.M. Sebastião José Fernandes	10	17	39	-	66
Tota ETIl	**26**	**32**	**62**	-	120

12

Unidade de Ensino do 6º distrito - Serra do Piloto	Quantitativo de alunos				
	CRECHE - EI	PRÉ-ESCOLA - EI	ANOS INICIAIS - EF	ANOS FINAIS - EF	Total
E.M. Cordélia Josephina de Magalhães Pahl	26	35	-	-	61
Tota ETI	**26**	**35**	**-**	**-**	**61**

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS E OPERACIONAIS

A transição do tempo parcial para o tempo integral requer planejamento a longo prazo, que possibilite adequação, acompanhamento, revisão das estratégias e ações de correção para efetivação desta transição, sem incorrer em retrocessos ou mesmo paralisação de oferta do tempo integral.

Para atingir a meta de 25% das matrículas da rede de ensino em Tempo Integral, é necessário mais do que fomentar novas adesões: exige-se um conjunto articulado de ações estruturantes. Entre elas, destacam-se a ampliação, manutenção da infraestrutura escolar, assegurando espaços adequados ao desenvolvimento das atividades da jornada ampliada e até novas construções.

Será também fundamental qualificar o processo pedagógico, com a elaboração de diretrizes claras e propostas de trabalho alinhadas à concepção de Educação Integral, incluindo a oferta de oficinas diversificadas e a articulação de parcerias intersetoriais e com a sociedade civil.

Adicionalmente, torna-se imprescindível reorganizar o tempo e a atuação dos profissionais da educação, garantindo formação continuada específica e condições adequadas de trabalho.

Por fim, a efetividade dessa política dependerá da implementação de um sistema de avaliação contínuo e participativo, capaz de monitorar o impacto das ações na aprendizagem e no desenvolvimento integral dos estudantes.

PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ETI

Distribuição de matrículas

Os processos que subsidiaram a construção do Plano de Ação que será apresentado a seguir, visando à consolidação de uma Política Municipal de Educação Integral efetiva e contextualizada tiveram base nas diretrizes do Programa de Educação em Tempo Integral (ETI), avaliação das estratégias previstas no Plano Municipal de Educação (PME) e a aplicação de um diagnóstico da rede.

Após um estudo de viabilidade em condições financeiras da Secretaria de Educação, levantamento de dados educacionais, dados profissionais, análise das escolas com potencial para ampliação do tempo integral, avaliação territorial e predial, chegou-se a conclusão que a próxima escola a ofertar a Educação Integral Em Tempo Integral neste município será a Escola Municipal Antônio Cordeiro Portugal, que se enquadra por se encontrar

13

localizada em um bairro distante do centro, ser escola do campo, com quantidade desejável de estudantes matriculados, com espaço predial adequado para iniciar o projeto, além de contemplar famílias com baixo grau de escolaridade, e melhor desenvolvimento da aprendizagem integral dos estudantes atendidos na escola.

As demais escolas da rede municipal de ensino ofertarão, dentro de suas possibilidades, a ampliação de jornada escolar em contraturno, a ser organizado no decorrer dos próximos anos letivos.

Planejamento de metas progressivas, anual para atingir 25% dos alunos da rede:

META: atingir 25% dos alunos da rede, por etapa, com expansão progressiva permitindo que a oferta se dê com equidade, priorizando áreas de maior vulnerabilidade social, escolas do campo e territórios com menor acesso a oportunidades educativas e culturais.

ETAPA ATENDIDA	2023	2024	2025	2026	2027	2028	À partir de 2029
CRECHE EI	**89%**	continuar progredindo					
PRÉ-ESCOLA EI	**20%**	21%	22%	23%	24%	25%	continuar progredindo
ANOS INICIAIS EF	**14%**	15%	16%	17%	18%	19%	continuar progredindo
ANOS FINAIS EF	**0%**	2%	5%	7%	9%	12%	continuar progredindo
TOTAL ETI DA REDE	**21%**	**22%**	**23%**	**24%**	**25%**	continuar progredindo	

Ações do município para ampliação das matrículas a partir do programa ETI:	
2023/2024	Busca ativa para aumento de matrículas nas escolas que já atendiam em Tempo Integral por movimentação de atendimento em 100% dos alunos com residências próximas às escolas. Estabelecimento de parcerias com creches conveniadas
2025	Implementação do atendimento a alunos dos Anos Finais
	Inclusão de mais uma escola ao grupo de escolas com atendimento em tempo integral em turno único, com turmas do Ensino Fundamental- anos iniciais e anos finais

14

2026	Atendimento com transporte escolar, de acordo com as disponibilidades de vagas, para alunos de vulnerabilidade social, com matrícula em escolas de atendimento em tempo parcial, garantindo matrícula em escolas em tempo integral que tenham disponibilidade de vaga, obedecendo a ordem de inscrição no sistema.
	Implementação de turmas do Ensino Fundamental e da Educação Infantil (etapa Pré-Escola) de tempo integral em escola(s) que atende(m) em horário parcial no distrito de Mangaratiba
2027	Ampliação de turmas do Ensino Fundamental e da Educação Infantil (etapa Pré-Escola) de tempo integral em escola(s) que atende(m) em horário parcial no distrito de Mangaratiba.
2028	Implementação de turmas do Ensino Fundamental e da Educação Infantil (etapa Pré-Escola) em tempo Integral em escolas dos distritos de Muriqui, Itacuruçá e Conceição de Jacareí.
2029	Com o novo Plano Nacional de Educação (PNE) e reformulação do Plano Municipal de Educação (PME), a política educacional do município passará por reelaboração, incorporando as novas diretrizes nacionais e reavaliando as metas locais de atendimento em tempo integral. O objetivo é garantir continuidade às ações já implementadas, promover ajustes conforme os novos parâmetros estabelecidos pelo PNE e assegurar a ampliação do acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes em uma jornada ampliada, em consonância com os princípios da equidade e qualidade da educação pública.

Organizações da oferta da educação em tempo integral

A oferta da Educação Integral em Tempo Integral no município de Mangaratiba será implementada a partir de duas formas organizativas:

1. **Escolas com Educação Integral em Tempo Integral em turno único**, nas quais todos os estudantes permanecem na unidade escolar por uma jornada igual ou superior a 7 horas diárias, vivenciando propostas pedagógicas integradas à concepção de desenvolvimento integral.

2. **Escolas com atendimento misto, que mantêm turmas em tempo parcial (turno regular) e, simultaneamente, turmas com jornada ampliada de 7 horas diárias**, organizadas para o atendimento em tempo integral, conforme os princípios da política.

Escolas com Educação Integral em Tempo Integral em Turno Único

O município já atende em tempo integral de turno único em 24 unidades de ensino nas quais a alocação e distribuição das matrículas pactuadas no ano de 2023, por meio da adesão ao Programa Escola em Tempo Integral, foram distribuídas entre a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

Duas destas escolas que já atendem em tempo integral para a Educação Infantil e Anos Iniciais passarão, em 2025, a atender também aos anos finais: Escola Municipal Agostinho da Silveira Mattos e Escola Municipal Levy Miranda.

A próxima escola que fará parte desse processo de implementação da Educação Integral em Tempo Integral na rede municipal de ensino será a Escola Municipal Antônio Cordeiro Portugal que passará a ofertar a Educação em Tempo Integral em Turno Único no Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais – a partir do ano letivo de 2025. A ação será com a totalidade de alunos, podendo ser flexível, a depender dos investimentos públicos na adequação do espaço escolar, disponibilidade de recursos materiais, pedagógicos e de serviço.

Escolas com atendimento misto, que mantêm turmas em tempo parcial (turno regular) e, simultaneamente, turmas com jornada ampliada de 7 horas diárias

A implementação de turmas em horário integral em algumas escolas que atualmente funcionam em dois turnos será realizada, partir de 2026, de forma progressiva, iniciando-se com uma turma de um ano de escolaridade e, nos anos subsequentes, ampliando-se com a inclusão gradual de uma turma adicional por ano de escolaridade, conforme a capacidade de infraestrutura de cada unidade escolar.

As atividades desenvolvidas deverão ser obrigatoriamente nas áreas de Acompanhamento Pedagógico de Matemática, Língua Portuguesa e assuntos relacionados ao Território e de livre escolha entre as demais oficinas: Artesanato, música, dança, teatro e/ou esportes.

A matrícula dos alunos nas turmas em tempo integral seguirá critérios definidos no Projeto Político Pedagógico da escola, sob orientação do setor responsável da SME, os quais são:

- Dificuldades de aprendizagem: para este critério, a avaliação de saída do ano que antecede o de implementação das turmas, servirá de instrumento indicativo para a organização das turmas; para definir as matrículas em tempo integral a equipe pedagógica escolar confirmará os casos de dificuldades da aprendizagem, através da avaliação diagnóstica.

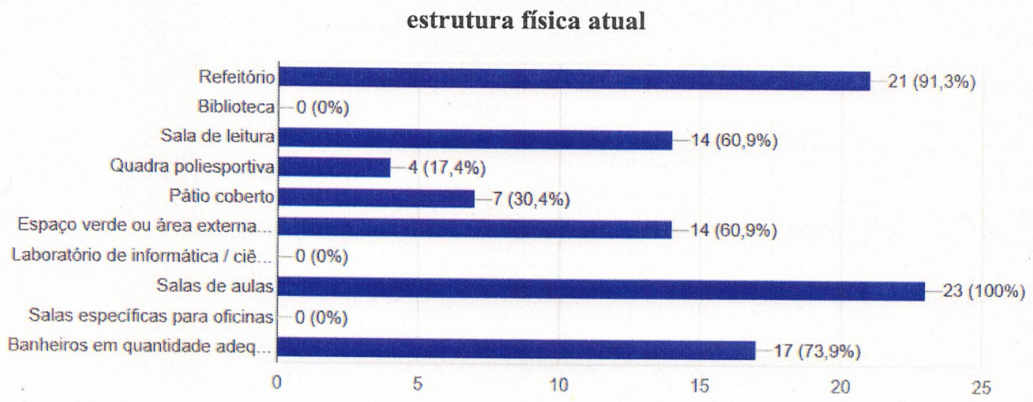
- Casos de vulnerabilidade socioeconômica.

- Alunos de Educação do campo.

Infraestrutura para Educação em Tempo Integral

A garantia dos prédios escolares com espaço adequado e de qualidade é de suma importância para o desenvolvimento da educação integral em tempo integral. Essa infraestrutura deve ser pensada e desenvolvida com a participação da comunidade escolar, considerando as especificidades culturais e ambientais de cada território.

16



Pesquisa via formulário do google

É fundamental compreender a infraestrutura para além do edifício escolar, abrangendo todo o Território Educativo - a escola e seu entorno. Nessa perspectiva, mais do que reformas, ampliações e construções de escolas, é necessário assegurar a requalificação dos espaços públicos onde a escola está inserida, por meio da articulação intersetorial com outras secretarias e políticas públicas.

As unidades escolares apresentam demandas significativas relacionadas a reparos, manutenção, ampliação e adequações estruturais, fatores que impactam diretamente na qualidade do atendimento às crianças e nas condições de trabalho dos profissionais da educação.

Das escolas que ofertam Educação em Tempo Integral (ETI), a maioria sinalizau como prioritária a necessidade de um espaço específico para o desenvolvimento de oficinas. Além disso, foram apontadas outras demandas, organizadas a seguir em ordem decrescente de frequência de menções:

- Manutenção e/ou reforma de telhados;
- Troca ou reforma da rede elétrica e melhorias na climatização;
- Serviços de pintura;
- Criação de ambientes específicos para atividades administrativas e/ou pedagógicas;
- Cobertura de pátios ou áreas externas, garantindo a realização de atividades em dias de chuva ou calor intenso;
- Instalação ou reparo de calhas;
- Adequações de acessibilidade, como a construção de rampas;
- Troca ou conserto de portas e janelas danificadas;
- Ampliação de espaços como salas de aula, cozinha e refeitório;
- Criação de salas de leitura;
- Garantia de abastecimento adequado de água;
- Revitalização ou aquisição de brinquedos e estruturas para playground;
- Construção de muros ou instalação de grades de proteção;
- Conserto ou substituição do portão de entrada.

Essas necessidades evidenciam a urgência de investimentos contínuos na infraestrutura escolar, como parte fundamental para segurança, funcionalidade e promoção de um ambiente acolhedor e adequado ao desenvolvimento das crianças e ao trabalho da equipe escolar.

17

MATRIZES CURRICULARES E PROPOSTA PEDAGÓGICA DIVERSIFICADA

Atualmente, o planejamento das Oficinas Pedagógicas é elaborado pelas unidades escolares, em conformidade com a Portaria nº 02, de 12 de janeiro de 2023, que estabelece diretrizes para a implantação das Matrizes Curriculares da Educação Básica na rede pública municipal, conforme disposto no Capítulo IV.

A definição das oficinas deve levar em consideração a infraestrutura disponível nas escolas, a disponibilidade de profissionais qualificados, bem como as necessidades e interesses da comunidade escolar. Nesse processo, cabe à Secretaria Municipal de Educação indicar os Macrocampos que orientam o trabalho pedagógico das oficinas, sendo eles: Cidadania e Civismo; Meio Ambiente e Saúde; Multiculturalismo; Esporte e Lazer; e Ciência e Tecnologia.

Com base nos macrocampos, cada escola, por meio de sua equipe gestora e pedagógica, possui autonomia para escolher as oficinas a serem desenvolvidas ao longo do ano letivo, conforme previsto na Matriz Curricular das Oficinas. Essa escolha deve ser realizada em reunião com a comunidade escolar e o Conselho Escolar, assegurando a escuta ativa dos estudantes e famílias. As decisões precisam ser registradas em ata, em consonância com os princípios da gestão democrática.

O planejamento das oficinas deve estar articulado ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, garantindo coerência e intencionalidade nas ações educativas. Além das oficinas regulares, as unidades escolares também podem desenvolver projetos transdisciplinares, integrando diferentes áreas do conhecimento e saberes do território, promovendo, assim, uma formação mais ampla, contextualizada e significativa.

A Educação Integral, nesse contexto, vai além da simples ampliação da jornada escolar. Trata-se de uma concepção pedagógica e política que orienta todo o sistema educacional, exigindo propostas contextualizadas, democráticas e participativas, em diálogo com os territórios e suas especificidades. Pensar a integralidade implica reconhecer a complexidade dos sujeitos e dos processos de formação humana, valorizando os diferentes modos de ser escola - especialmente no contexto das populações do campo presentes em nossa rede, como comunidades quilombolas, caiçaras, agricultores familiares e outros povos e comunidades tradicionais.

Nesse sentido, ao ampliar a jornada escolar municipal, é fundamental assegurar o desenvolvimento de atividades lúdicas, culturais, artísticas, tecnológicas, esportivas, psicomotoras e de lazer, que promovam a preservação ambiental, o cuidado com a saúde, a valorização dos direitos humanos, o acompanhamento pedagógico e o aprimoramento da aprendizagem, reorganizando o tempo e os espaços escolares de forma significativa para todos.

Por fim, a garantia do direito à educação inclusiva deve estar articulada ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), de maneira transversal, integrada ao currículo e às práticas pedagógicas, e não restrita à sala de recursos, assegurando o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

CONSOLIDAÇÃO PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Adequação curricular à realidade local

Com a expansão da Educação em Tempo Integral, torna-se essencial alinhar o currículo às realidades socioculturais e territoriais das comunidades escolares. A Secretaria Municipal de Educação (SME), em

articulação com as unidades escolares e parceiros locais, coordenará ações, com implementação em 2023, e revisão trienal, para atualização e aprimoramento contínuo:

- Revisão e adequação da matriz curricular, com foco em atividades diversificadas, interdisciplinares e contextualizadas com um repertório de oficinas pedagógicas e projetos integradores organizados por áreas temáticas (arte, cultura, meio ambiente, tecnologia, direitos humanos, entre outros)

Elaboração de documento orientador

Para criar uma base conceitual e metodológica para a implementação das oficinas e projetos interdisciplinares a SME deverá produzir documento orientador contendo princípios, objetivos, eixos formativos e metodologias aplicáveis e incluir parâmetros para a construção de projetos, oficinas e planos de ação contextualizados com os territórios.

O documento deverá ser construído de forma colaborativa, com participação de educadores, gestores, comunidade e especialistas.

Reestruturação da proposta pedagógica

A proposta pedagógica das escolas de Tempo Integral deverá ser reformulada para refletir a concepção de desenvolvimento integral dos estudantes. Essa reestruturação, coordenada pela SME, iniciada em 2022, terá revisão trienal, com a participação dos representantes das escolas, deve assegurar:

- Integração entre o currículo da Base Nacional Comum e as atividades diversificadas da jornada ampliada;
- Valorização da identidade local e fortalecimento do pertencimento à comunidade;
- Práticas pedagógicas interdisciplinares, inovadoras e conectadas com os territórios educativos;
- Escuta ativa de estudantes, professores, famílias e comunidade no processo de construção curricular.

Reorganização do tempo e dos espaços escolares

A Educação em Tempo Integral exige a ressignificação dos tempos e espaços educativos. Para isso, a SME e as unidades escolares deverão implementar a partir de 2023, com revisão contínua:

- Reconfigurar a rotina, horários e ambientes escolares, promovendo o uso pedagógico de espaços comunitários;
- Garantir ambientes de aprendizagem integradores, acolhedores e promotores da autonomia dos estudantes.

Elaboração de planos de trabalho pedagógico

Para assegurar a intencionalidade e a articulação das aprendizagens, todas as turmas deverão dispor de planos de trabalho fundamentados em projetos pedagógicos e/ou sequências didáticas. Esses planos devem ser elaborados pelas equipes escolares com acompanhamento da SME:

- Promover a integração dos conteúdos curriculares com os contextos reais dos estudantes;
- Favorecer o desenvolvimento progressivo das aprendizagens;
- Estimular práticas pedagógicas significativas, contextualizadas e interdisciplinares.

19

Fomento às oficinas interdisciplinares e busca de parcerias

A partir das vivências e dos estudos realizados no âmbito do Programa de Educação em Tempo Integral (ETI), bem como da expansão de novas turmas em tempo integral, o município buscará consolidar e ampliar a oferta de oficinas interdisciplinares que atendam as demandas locais, por meio de parcerias estratégicas - especialmente com Música coral/Banda Fanfarra, Horta Escolar, Teatro, Artesanatos, Danças e Esportes, Gamificação e Jogos Digitais.

Essas oficinas são essenciais na proposta de formação integral dos estudantes, pois favorecem a expressão de múltiplas linguagens, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a valorização dos saberes e práticas culturais locais. Além disso, contribuem para a articulação entre os diferentes setores da gestão pública, fortalecendo a rede de proteção e promoção de direitos, e otimizando os recursos humanos e materiais já disponíveis no município.

Então, com o objetivo de ampliar o repertório cultural, artístico e corporal dos estudantes da Educação em Tempo Integral, por meio da integração de saberes e da valorização de práticas formativas vinculadas ao território, a Secretaria Municipal de Educação promoverá a elaboração de projetos interdisciplinares e a articulação de parcerias intersetoriais com outras secretarias e organizações da sociedade civil. Essas ações visam viabilizar e qualificar a oferta de oficinas nas escolas com jornada ampliada, de acordo com o mapa de interesses e valorização dos recursos do território.

As parcerias poderão ser consolidadas com os seguintes setores e instituições: Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Assistência Social, Institutos e Organizações da Sociedade Civil (ONGs) e Associações comunitárias, artistas locais e mestres da cultura popular.

Avaliação das oficinas na educação em tempo integral

A continuidade ou reformulação de uma oficina deve considerar a participação e interesse dos alunos, o engajamento nas atividades, frequência regular e entusiasmo nas interações. Sua relevância pedagógica com alinhamento aos objetivos da formação integral, os resultados qualitativos, o feedback da comunidade e a articulação com o currículo do território.

Para a avaliação da continuidade pode se buscar estratégias como aplicação de instrumentos simples de escuta, análise coletiva com a equipe pedagógica da escola e a coordenação da Educação Integral, refletindo sobre os dados e a experiência prática e avaliação periódica com possibilidade de ajustes no planejamento.

A partir dessas ações a escola poderá decidir manter a oficina com ou sem ajustes, reformular o conteúdo, metodologia ou carga horária ou substituir por outra oficina mais aderente aos objetivos da escola e aos interesses dos estudantes.

Avaliação do processo de aprendizagem

A avaliação do processo de aprendizagem dos alunos nas oficinas da Educação em Tempo Integral deve ir além da simples mensuração de resultados. É fundamental que tenha caráter formativo e processual, com foco no acompanhamento contínuo e na valorização do percurso individual de cada estudante. Esse processo deve considerar o envolvimento integral dos alunos, observando seu engajamento, avanços, dificuldades, participação ativa, cooperação em grupo, curiosidade, iniciativa, criatividade, comprometimento com as propostas e superação de desafios pessoais e coletivos.

As oficinas pedagógicas devem ser planejadas com vistas à promoção de aprendizagens amplas e integradas, contemplando diferentes áreas do conhecimento e dimensões do desenvolvimento humano. Ao trabalhar um conteúdo ou temática específica, diversas outras habilidades são mobilizadas - como expressão oral, pensamento crítico, trabalho em equipe, autonomia e valorização dos saberes do território - contribuindo efetivamente para a formação integral dos estudantes.

Os critérios de avaliação devem ser definidos com base nos objetivos específicos de cada oficina e sua abrangência como formação integral, e é essencial que a avaliação seja registrada de forma sistemática e compartilhada com os estudantes e suas famílias, promovendo uma cultura de corresponsabilidade pelo processo educativo. Isso pode ser feito por meio de fichas descritivas, relatórios trimestrais, apresentações públicas dos projetos e reuniões com a comunidade escolar.

Avaliação do responsável pela oficina

Quanto a avaliação/autoavaliação do responsável pela oficina, o foco deve ser na qualidade da oferta educativa e no direito dos alunos ao desenvolvimento integral. Deve ser pautada por critérios de pontualidade, assiduidade e organização nas atividades, relacionamento com os alunos e a equipe escolar, planejamento coerente e execução didática, capacidade de avaliação e registro do processo de aprendizagem, postura ética, empática e colaborativa e comprometimento com a proposta da Educação Integral.

Os procedimentos avaliativos podem ser de observação direta por parte da coordenação pedagógica, por reuniões de acompanhamento com devolutiva e escuta do responsável pela oficina, avaliação dos alunos (quando possível) sobre o trabalho desenvolvido e registro sistemático dos resultados da oficina.

Mediante a essas ações os envolvidos deverão ser assistidos por formação continuada e acompanhamento mais próximo, em caso de necessidade de desenvolvimento, remanejamento para outro tipo de oficina, conforme perfil e habilidades ou até mesmo substituição, quando constatado, de forma justificada, que o profissional em questão não atende aos critérios mínimos estabelecidos.

ORGANIZAÇÃO, ALOCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A efetivação da Educação em Tempo Integral requer uma atenção especial à organização do trabalho docente e à valorização dos profissionais da educação. Para garantir a qualidade das ações pedagógicas e o desenvolvimento integral dos estudantes, é necessário planejar de forma criteriosa a alocação dos educadores, assegurando o provimento de profissionais qualificados, em número suficiente com jornadas compatíveis com as demandas da escola.

De acordo com as demandas das escolas, apresentadas pelo setor pedagógico para o setor administrativo e financeiro da secretaria de educação, que se incumbirão de compor equipes multidisciplinares, incluindo professores, oficineiros, técnicos pedagógicos e outros profissionais se necessários, respeitando a formação e o perfil profissional de cada um, além de promover a integração entre os diferentes agentes educativos.

A valorização dos profissionais passa pelo reconhecimento de suas especificidades, com oferta de formação continuada específica, condições adequadas de trabalho, planejamento coletivo e apoio institucional. A ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola deve ser acompanhada pela ampliação do tempo de estudo, planejamento e reflexão do educador sobre sua prática.

21

Promover a valorização significa também investir na carreira, na escuta ativa, na participação dos profissionais nos processos decisórios e no fortalecimento da sua identidade como protagonistas da construção de uma educação pública de qualidade.

De acordo com o diagnóstico da rede, uma grande necessidade atual está relacionada à formação específica para os profissionais das escolas ETI.

Nesse sentido, a organização da proposta de grade de formação continuada elaborada democraticamente de acordo com a demanda das escolas busca responder a esses princípios, promovendo o desenvolvimento profissional alinhado aos desafios e às potencialidades da Educação em Tempo Integral, as quais serão oferecidas em três agrupamentos:

1.Formação para toda a rede de ensino com contratação de especialistas para atendimento às demandas solicitadas	No primeiro e segundo ano de implementação com uso dos recursos do Programa ETI
2.Formação por afinidade territorial, aplicadas nas unidades escolares, ministradas pelo coordenador municipal e/ou especialistas convidados	Semestralmente com agenda prevista no calendário da SME
3.Formação em serviço, de acordo com as demandas internas das turmas, sob responsabilidade do coordenador pedagógico e equipe escolar	Com planejamento contínuo no cotidiano escolar

GRADE DE FORMAÇÃO - EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

EIXO TEMÁTICO	TEMAS	OBJETIVOS	CH	PÚBLICO ALVO
1. Gestão Escolar e Território Educativo	- Papel do gestor na escola de tempo integral - Gestão democrática e participativa - Parcerias intersetoriais e mapeamento do território	Refletir sobre o papel do gestor na escola de tempo integral, compreendendo a importância da gestão democrática e participativa na construção de uma cultura institucional colaborativa, bem como o papel das parcerias intersetoriais e do mapeamento do território como estratégias para o fortalecimento do projeto pedagógico, da equidade e do vínculo entre escola, comunidade e demais políticas públicas.	8h	Técnicos da SME/Equipe técnico-pedagógica escolar

22

2. Fundamentos da Educação Integral em tempo Integral	- Conceitos e princípios da Educação Integral - Histórico e legislação (PNETI, BNCC, Programa ETI, Diretrizes Municipais) - Educação Integral como direito e projeto de sociedade -Reflexões sobre Educação Integral e Educação em tempo Integral	Refletir sobre Educação Integral como formação humana em todas as suas dimensões (intelectual, emocional, física, social, cultural, ética e estética). Diferenciar Educação Integral de Educação em Tempo Integral Conhecer marcos legais e políticos da Educação Integral em Tempo Integral	4h	Técnicos da SME/Equipe técnico-pedagógica escolar Professores
3. Gestão Pedagógica e Currículo	- Organização curricular na escola de tempo integral - Interdisciplinaridade, projetos integradores e áreas do conhecimento. - Planejamento do cotidiano pedagógico.	Compreender a organização do currículo em tempo integral. Educação Integral e Território Organização de projetos de forma integrada. Diálogo do currículo com o projeto político-pedagógico da escola.	8h	Técnicos da SME/Equipe técnico-pedagógica escolar
4. Educação Integral na Perspectiva da Inclusão e Diversidade	- Equidade e valorização da diversidade - Relações étnico-raciais, de gênero e inclusão de alunos com deficiência e transtornos - Cultura de paz e mediação de conflitos	Discutir práticas inclusivas. Planejar ações que promovam a equidade.	8h	Técnicos da SME/Equipe técnico-pedagógica escolar Professores de AEE?
5. Práticas Pedagógicas com Foco Socioemocional	Estratégias em sala de aula: rodas de conversa, escuta ativa, contação de histórias, dinâmicas, diários emocionais, jogos cooperativos.	Refletir sobre casos e planejar atividades que favoreçam o desenvolvimento emocional dos alunos no cotidiano escolar.		
6. Escola e Território: Saberes e Experiências do Lugar	Estratégias de mapeamento do território, escuta comunitária, educação contextualizada.	Reconhecer o território como espaço educativo e integrar saberes locais ao currículo escolar.	4h	Técnicos da SME/Equipe técnico-pedagógica escolar/ Professores
7. Práticas Inovadoras e Metodologias Ativas	Aprendizagem baseada em projetos, sala de aula invertida, rotação por estações, oficinas.	Explorar metodologias que promovam o protagonismo estudantil e o desenvolvimento integral.	4h	Técnicos da SME/Equipe técnico-pedagógica escolar/ Professores
8. Projetos Pedagógicos e Sequências Didáticas	Planejamento de sequências didáticas e projetos pedagógicos alinhados à Educação Integral observando suas diferenças	Planejar práticas integradas e contextualizadas para o desenvolvimento de competências e habilidades dos estudantes.	4h	Técnicos da SME/Equipe técnico-pedagógica escolar/ Professores
9. Oficinas temáticas	Planejamento e organização de oficinas temáticas	Planejar oficinas temáticas (arte, esporte, meio ambiente, cultura digital, corpo e movimento, leitura, jogos etc.) com intencionalidade pedagógica.	4h	Técnicos da SME/Equipe técnico-pedagógica escolar/ Professores

23

10. Avaliação e acompanhamento da aprendizagem	- Avaliação formativa e contínua com foco nas práticas das atividades de horário Integral - Autoavaliação, frequência, participação, registros, portfólios, diário de bordo e devolutivas. - Indicadores de acompanhamento e recomposição de aprendizagens.	Reconhecer a avaliação como processo formativo. Sistematizar e Monitorar resultados na jornada ampliada.	4h	Técnicos da SME/Equipe técnico-pedagógica escolar/ Professores
11. Formação continuada em rede	- Comunidades de aprendizagem e formação em serviço - Práticas reflexivas e autoavaliação docente - Acompanhamento por tutoria e grupos de estudos - Relatos de Experiências	Promover formação continuada colaborativa. Criar estratégias de desenvolvimento profissional. Elaborar Plano de formação continuada com calendário e temas.	8h	Técnicos da SME/Equipe técnico-pedagógica escolar/ Professores
12. "Financiamento da Educação Integral em Tempo Integral"	Fontes de financiamento da Educação Básica/ Gestão financeira /Planejamento orçamentário da rede municipal para expansão da jornada de tempo integral/ Monitoramento e prestação de contas dos recursos/ Debate orientado: planejamento financeiro e sustentabilidade da Educação Integral no município	Compreender os mecanismos de financiamento da Educação Integral em Tempo Integral, reconhecendo as fontes de recursos disponíveis, os critérios legais e normativos, e as estratégias de planejamento orçamentário para garantir a sustentabilidade e a expansão dessa política no município.	4h	Secretário de Educação/ técnicos da SME/ Membros de Comitês e do CME

Metodologia:

- Aulas expositivas dialogadas;
- Oficinas práticas e colaborativas;
- Estudos de caso e vivências;
- Grupos de trabalho temáticos;
- Tutorias pedagógicas e rodas de conversa;
- Elaboração de planos de ação ou projetos integradores.

GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

A gestão dos recursos financeiros da Educação em Tempo Integral é orientada pelos princípios da legalidade, transparência, eficiência e responsabilidade no uso dos recursos públicos. A execução das ações nas unidades escolares é viabilizada por diversas fontes de financiamento, cada uma com finalidades específicas. Para garantir o alcance dos objetivos educacionais propostos, é essencial o planejamento e o acompanhamento rigoroso da aplicação desses recursos.

24

As principais fontes de financiamento incluem:

- **Royalties do Petróleo para a Educação**: destinados à melhoria da infraestrutura escolar, à formação continuada de professores, à aquisição de materiais didáticos, entre outras ações estruturantes.

- **Salário-Educação**: contribuição social voltada ao financiamento de programas, projetos e ações para a universalização do ensino fundamental e a melhoria da qualidade da educação básica.

- **Recursos do Governo Federal**, destinados a garantir a alimentação e o transporte escolar, assegurando o acesso e a permanência dos estudantes na escola:

a) **PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar

b) **PNATE** – Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar

- Recursos oriundos de Emendas Parlamentares: valores voltados ao fortalecimento de ações específicas nas unidades escolares, complementando as demais fontes de financiamento.

- Recursos do Programa ETI: repasses próprios da iniciativa, destinados ao desenvolvimento de atividades pedagógicas, tecnológicas e de apoio às escolas participantes.

A alocação e a utilização desses recursos são acompanhadas por mecanismos de controle interno e externo, visando garantir a correta destinação dos valores, a efetividade das ações e a devida prestação de contas à sociedade. Todas as etapas da execução financeira obedecem às normas legais vigentes e aos parâmetros estabelecidos pelos órgãos de controle, assegurando que os investimentos contribuam efetivamente para a melhoria da qualidade da educação pública.

No contexto da execução do Programa ETI, destaca-se a definição do valor per capita por aluno do ensino integral, calculado com base no número de estudantes atendidos e no tempo de permanência na escola. Esse valor anual contempla despesas com alimentação, materiais didáticos, atividades pedagógicas e culturais, contratação de profissionais, manutenção da infraestrutura e demais insumos indispensáveis à implementação do plano de trabalho das escolas.

Materiais didáticos e pedagógicos

A rede municipal de ensino realiza a distribuição regular de materiais comuns a todas as escolas, considerando o número de alunos e as necessidades específicas de cada unidade. Entre os itens fornecidos, incluem-se materiais didáticos e pedagógicos, produtos de higiene pessoal e uniformes escolares.

No entanto, para o desenvolvimento das oficinas pedagógicas, ainda não há encaminhamento padronizado de materiais por parte da Secretaria Municipal de Educação (SME). Atualmente, as oficinas são atendidas com base nas planilhas de materiais elaboradas pelas próprias escolas. A partir de 2024, essas demandas serão incorporadas de forma mais sistemática, com base na organização das matrizes curriculares, nos projetos pedagógicos, no planejamento das oficinas e nas parcerias institucionais.

25

Materiais de limpeza e higiene pessoal

As escolas recebem regularmente materiais de limpeza e de higiene pessoal, fundamentais para a manutenção do ambiente escolar e o bem-estar da comunidade escolar. A distribuição ocorre de forma contínua, conforme a demanda de cada unidade, garantindo ambientes limpos, seguros e adequados para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Alimentação escolar

A alimentação escolar é um componente essencial da Educação Integral, contribuindo para o desenvolvimento físico e cognitivo dos estudantes. Com a ampliação da jornada escolar, torna-se fundamental o fornecimento de refeições equilibradas, capazes de atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola.

Além de promover hábitos alimentares saudáveis, a alimentação escolar fortalece os vínculos com a comunidade por meio da valorização da agricultura familiar e da produção local. Os recursos do PNAE garantem a aquisição de gêneros alimentícios de qualidade, incluindo produtos da Agricultura Familiar, organizados em cardápios elaborados com a orientação de nutricionistas. Assim, a merenda escolar vai além de uma refeição, constituindo-se como uma estratégia educativa que articula saúde, cultura alimentar e aprendizagem.

Os cardápios são elaborados de acordo com as normas e diretrizes do PNAE e FNDE - RESOLUÇÃO Nº 06, DE 08 DE MAIO DE 2020 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. O Cardápio oferece:

- Tempo integral de 7h - três refeições/dia: desjejum, almoço e lanche.

- Tempo integral de 8h – quatro refeições/dia: desjejum, almoço, lanche e jantar.

Transporte escolar

O transporte escolar no município atende à diversidade geográfica da região, sendo composto por ônibus, micro-ônibus, vans e embarcações. Das escolas que ofertam Ensino em Tempo Integral, nove estão localizadas no continente e contam com transporte terrestre regular, enquanto três escolas são situadas nas ilhas e são atendidas por transporte fluvial (barcos). Essa estrutura visa garantir o acesso e a permanência dos estudantes.

O serviço público municipal de transporte escolar compreende o deslocamento diário de ida e volta dos alunos até a unidade escolar mais próxima de sua residência, respeitando a distância mínima de 2.000 metros (2 km). Esse serviço é destinado exclusivamente aos estudantes a partir de 4 anos de idade que estejam regularmente matriculados nas unidades escolares públicas municipais que ofertam a Educação Infantil – etapa Pré-Escola – e o Ensino Fundamental.

A oferta e a organização do transporte escolar estão regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 4.613, de 25 de novembro de 2021, que disciplina o serviço público municipal de transporte escolar para alunos da Educação Básica no Município de Mangaratiba, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.318, de 20 de outubro de 2020.

26

Formação docente para toda a rede de ensino

Com o objetivo de qualificar a prática pedagógica e promover avanços na aprendizagem dos estudantes de todas as escolas da rede pública, o município investe em formação continuada com equipe própria, atendendo principalmente aos professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

O Congresso Brincar, voltado à valorização do brincar como eixo estruturante das práticas pedagógicas na Educação Infantil e nos Anos Iniciais, acontece pela primeira vez no município, em 2023.

Para os anos de 2024 e 2025, será ofertado o Curso SAEB DIGITAL, voltado aos professores do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, e aos docentes de Língua Portuguesa e Matemática dos Anos Finais. O curso tem como objetivo fortalecer as práticas pedagógicas e contribuir para o alcance das metas educacionais da rede de ensino.

Para os profissionais ETI, será implementado uma grade de formação conforme citado neste documento.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

O acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da Política Municipal de Educação em Tempo Integral (ETI) são processos essenciais para garantir sua efetividade, assegurando uma gestão democrática, transparente e orientada por evidências. Essa atuação deve ser contínua, participativa e articulada às práticas escolares e à gestão educacional, promovendo o aprimoramento das ações e o alcance dos objetivos propostos.

- Governança da Política

Para assegurar a articulação entre as unidades escolares, a Secretaria Municipal de Educação (SME) e demais parceiros, será indicado um **Coordenador Municipal de Educação em Tempo Integral,** que atuará como referência técnica e pedagógica da política. Esse profissional apoiará as escolas no planejamento, execução e avaliação das ações da jornada ampliada.

Além disso, será instituído o **Comitê Municipal de Acompanhamento e Monitoramento da Educação em Tempo Integral**, com representação da SME, gestores escolares, professores, técnicos pedagógicos, famílias e sociedade civil. As atribuições do comitê incluem:

- Acompanhar a execução da política;
- Analisar os relatórios e dados de monitoramento;
- Propor ajustes e encaminhamentos para a qualificação da ETI.

- Indicadores e Relatórios de Monitoramento

A política será acompanhada por meio de indicadores quantitativos e qualitativos, alinhados aos objetivos e diretrizes da Educação Integral. Esses indicadores subsidiarão relatórios periódicos e revisões das metas da política. Entre os principais indicadores, destacam-se:

- Percentual de matrículas em tempo integral (anualmente);
- Frequência e participação dos estudantes nas atividades;

27

- Diversidade e abrangência das oficinas ofertadas;
- Engajamento da comunidade escolar;
- Condições de infraestrutura e espaços pedagógicos;
- Formação e valorização dos profissionais envolvidos;
- Resultados de aprendizagem e desenvolvimento integral dos alunos.

As informações serão sistematizadas por meio de uma Ficha de Acompanhamento e Monitoramento, contendo:

- Identificação da unidade escolar;
- Responsável pelas informações;
- Período de referência e data de preenchimento.
- O relatório deverá apresentar:

a) Informações Quantitativas

- Número de turmas em tempo integral;
- Número de estudantes atendidos;
- Quantidade de oficinas ofertadas;
- Frequência média dos alunos (%);
- Carga horária semanal da jornada ampliada;
- Número de profissionais envolvidos;
- Meta prevista e resultado atual de cada indicador;
- Observações pertinentes.

b) Informações Qualitativas

- Avanços observados: progressos pedagógicos, administrativos ou estruturais;
- Desafios enfrentados: dificuldades na implementação da jornada ampliada;
- Boas práticas: experiências exitosas replicáveis em outras unidades.

c) Análise e Recomendações

- Grau de relevância das ações (muito relevante, parcialmente relevante, pouco relevante, não se aplica);
- Avaliação do cumprimento das metas (integralmente, parcialmente ou não cumpridas);
- Propostas de ajustes nas estratégias e metas.

d) Subsídios para Decisões Administrativas e Pedagógicas

- Sugestões de formação para professores;
- Necessidades de infraestrutura;
- Propostas de parcerias intersetoriais e com a comunidade;
- Outros apontamentos relevantes.

O relatório deverá ser assinado pelo responsável do preenchimento e conter a identificação do cargo ou função exercida, garantindo a autenticidade e o compromisso institucional com a gestão da política.

28

DISPOSIÇÕES FINAIS

Este documento visa cumprir os compromissos do município com o Programa ETI institucionalizando a **Política Pública de Educação Integral** por meio de ato normativo, garantindo recursos orçamentários e humanos para a sua execução, assegurando condições de trabalho para os profissionais envolvidos e fomentando a participação social e o controle democrático das ações.

Por fim, esta POLÍTICA deverá ser monitorada anualmente e revista e atualizada bienalmente, com base nas avaliações realizadas, nos avanços conquistados e nos desafios identificados ao longo da implementação. Essa revisão periódica garantirá a coerência entre os princípios da Educação Integral, as necessidades da comunidade escolar e as diretrizes estabelecidas no Plano Municipal de Educação

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC*. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar da Educação Básica 2023: resumo técnico*. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep. Acesso em: [inserir data de acesso].

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Escola em Tempo Integral*. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec. Acesso em: [inserir data de acesso].

BRASIL. Ministério da Educação. *Referência Curricular Nacional da Educação Integral*. Brasília: MEC, 2023.

DELORS, Jacques (org.). *Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

MANGARATIBA (Município). *Referencial Curricular da Educação Infantil do Município de Mangaratiba*. Mangaratiba: Secretaria Municipal de Educação, 2023.

MANGARATIBA (Município). Lei n.º 963, de 23 de dezembro de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação de Mangaratiba e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Mangaratiba*, Mangaratiba, RJ, 28 dez. 2015.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

29

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

LEI Nº 1.634, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

"Cria o Programa Futuro Certo, revoga a Lei nº 1377/2021 e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, conforme art. 92, inciso I, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica criado o Programa Futuro Certo, nos termos desta Lei.

§1º A Secretaria Municipal de Educação coordenará e gerenciará o programa, com apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e da Secretaria Municipal da Juventude.

§2º O programa será destinado à preparação para:

a) O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);
b) Concursos públicos exclusivamente no âmbito do município de Mangaratiba; e
c) Processos seletivos para ingresso na FAETEC, CEFET e CTUR, com foco em cursos técnicos e de formação profissional.

Art. 2º O programa disponibilizará aulas de revisão de conteúdos gerais e específicos, conforme editais do ENEM, concursos públicos municipais e processos seletivos da FAETEC, CEFET e CTUR, com grade de disciplinas definida pela Secretaria Municipal de Educação, conforme demanda.

§1º As aulas poderão ser ministradas em espaços públicos ou privados, conforme disponibilidade e necessidade.

§2º A carga horária, dias e horários serão definidos pela Secretaria Municipal de Educação, respeitando a disponibilidade orçamentária e logística.

Art. 3º A metodologia do curso incluirá:

I – Aulas presenciais, conforme disponibilidade de espaço e recursos;

II – Aulas on-line, a critério da coordenação, respeitada a conveniência didático-pedagógica e a viabilidade técnica.

II – Professores especializados ou profissionais habilitados em áreas técnicas;

III – Material didático impresso específico, adequado aos conteúdos abordados.

Art. 4º Poderão inscrever-se no programa candidatos que atenderem cumulativamente aos requisitos:

I – Residir no município de Mangaratiba;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

II – Possuir renda familiar mensal de até cinco (05) salários-mínimos vigentes, conforme IBGE.

§ 1º A triagem dos alunos será realizada pela Secretaria Municipal de Educação, em parceria com as Secretarias de Assistência Social e Direitos Humanos e da Juventude.

§ 2º A participação no programa será limitada a 03 (três) anos consecutivos por aluno.

Art. 5º A avaliação e o monitoramento serão realizados pela Secretaria Municipal de Educação, com possível apoio da Secretaria Municipal da Juventude, incluindo:

I – Monitoramento de frequência e desempenho dos alunos;

II – Aplicação de simulados para avaliar a evolução acadêmica;

III – Correção detalhada de redações para aprimorar a escrita;

IV – Acompanhamento dos índices de aprovação no ENEM, concursos municipais e processos seletivos da FAETEC, CEFET e CTUR.

Art. 6º Para execução do programa, poderão ser firmados convênios com escolas privadas locais, Governo do Estado, Governo Federal, FAETEC, CEFET, CTUR, instituições diversas e empresas privadas, para disponibilizar acadêmicos de licenciatura, bacharelado, professores ou profissionais habilitados em áreas técnicas, como voluntários ou remunerados.

Art. 7º O Poder Executivo publicará, em até 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei, o número de vagas ofertadas anualmente e o período de inscrição.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação divulgará anualmente a relação dos participantes que obtiverem êxito nos objetivos do programa, conforme Art. 1º.

Art. 9º As despesas do programa, incluindo preparação para FAETEC, CEFET e CTUR, serão custeadas pelas dotações orçamentárias das Secretarias de Educação, Assistência Social e Direitos Humanos e Juventude, podendo ser suplementadas por convênios com o Governo do Estado, Governo Federal ou instituições parceiras, com divisão proporcional à capacidade orçamentária, definida em ato conjunto dos secretários.

Art. 10 O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, em até 90 (noventa) dias da sua publicação.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Municipal nº 1.377, de 04 de novembro de 2021.

Mangaratiba, 11 de dezembro de 2025.

Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Prefeito

/Mensagem n.º 046, de 2 de outubro de 2025

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

LEI N.º 1.635, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE ATIVIDADES NÁUTICAS NAS PRAIAS DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, conforme art. 92, inciso I, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

CAPÍTULO I – DO OBJETO

Art. 1º Esta Lei tem por objeto estabelecer critérios e procedimentos para a autorização da prestação de serviços comerciais de atividades náuticas com escunas, táxis-boats, traineiras, barcos de passeio, pedalinhos, caiaques, banana-boats, jet skis, equipamentos de mergulho e similares nas praias e no mar do Município de Mangaratiba.

CAPÍTULO II – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, adotam-se as seguintes definições:

I – *Turismo náutico*: atividade de transporte turístico realizada por embarcações;

II – *Embarcação*: construção naval registrada na Autoridade Marítima (AM), apta ao transporte de pessoas e cargas;

III – *Transporte de passageiros*: deslocamento de residentes, trabalhadores e turistas em embarcações regularmente cadastradas;

IV – *Morador*: indivíduo com domicílio fixo nas ilhas do Município, devidamente comprovado;

V – *Táxi-boat*: serviço de transporte aquaviário público individual ou coletivo de passageiros, realizado por embarcação de pequeno porte, com operação entre pontos fixos ou por demanda, em rotas estabelecidas ou livres, mediante remuneração previamente ajustada;

VI – *Autorizatário*: pessoa física ou jurídica estabelecida no Município de Mangaratiba, devidamente habilitada e autorizada pelo Poder Executivo Municipal a explorar, de forma precária, pessoal e intransferível, o serviço de transporte aquaviário;

VII – *Passageiro*: pessoa física que, mediante pagamento ou direito assegurado por lei ou norma, utiliza o serviço de transporte aquaviário prestado na modalidade táxi-boat, com destino determinado, embarcando e desembarcando em pontos autorizados pelo Poder Público Municipal;

VIII – *Termo de Autorização*: documento emitido pela Secretaria Municipal de Transportes de Mangaratiba e autorizado pelo chefe do poder executivo, que estabelece as condições

gerais e específicas para a prestação do serviço de transporte aquaviário na modalidade táxi-boat;

IX – *Transporte de material*: traslado de pequenas cargas, volumes, insumos, mercadorias ou equipamentos, desde que não comprometam a segurança da navegação;

X – *Taxa de Fiscalização de Atividade Náutica (TFAN)*: fica criado o tributo municipal cobrado anualmente dos operadores autorizados.

XI – *Taxa de Embarque*: fica criada a Taxa de Embarque, consistente na contraprestação pecuniária paga pelo passageiro pela utilização das instalações e dos serviços de apoio ao embarque e desembarque em áreas públicas administradas ou reguladas pelo Poder Público, destinada ao custeio das atividades de conservação, limpeza, segurança, controle, fiscalização e demais encargos operacionais relacionados ao funcionamento e manutenção do local de embarque.

XII - *Preço Público*: valor devido pela utilização de estruturas náuticas públicas, tais como píeres, trapiches, flutuantes, rampas de acesso e demais equipamentos de apoio ao embarque e desembarque, conforme valores estabelecidos em tabela oficial fixada por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. O preço público referido neste inciso será cobrado de pessoas físicas ou jurídicas que utilizem tais estruturas para fins comerciais, turísticos ou de transporte de passageiros, destinando-se ao custeio da manutenção, conservação, fiscalização e melhoria dos equipamentos públicos náuticos.

XIII - *Turista*: pessoa física que se desloca temporariamente ao Município de Mangaratiba, com finalidade de lazer, recreação, visitação, cultura, eventos, negócios ou similares, sem nele possuir residência habitual nem exercer atividade profissional permanente.

CAPÍTULO III – DA AUTORIZAÇÃO PARA OPERAR

Seção I – Disposições Gerais

Art. 3º A prestação do serviço de transporte aquaviário de passageiros e pequenas cargas, na modalidade táxi-boat ou passeio, dependerá de autorização formal expedida pelo chefe do poder executivo, por meio de Termo de Autorização.

Art. 4º A autorização será concedida a pessoa física ou jurídica regularmente estabelecida no Município de Mangaratiba, observadas as exigências desta Lei, das normas da Autoridade Marítima e da legislação aplicável.

Art. 5º A autorização:

I – Terá natureza precária, podendo ser revogada a qualquer tempo por interesse público;

II – Será pessoal e intransferível, vinculada exclusivamente ao autorizatário e à embarcação indicada;

III – Não poderá ser objeto de subautorização, cessão, arrendamento, comodato ou qualquer outra forma de transferência;

IV – Será válida para uma única embarcação e um único operador.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Seção II – Do Requerimento

Art. 6º O interessado em obter autorização deverá protocolar requerimento junto à Prefeitura de Mangaratiba, instruído com os seguintes documentos:

I – Comprovante de pagamento da TFAN;

II – Pessoa jurídica:
a) Alvará de licença;
b) Contrato social;
c) Certidões negativas de débitos tributários e trabalhistas;
d) Documentos dos sócios.

III – Pessoa física:
a) CPF e RG;
b) Comprovante de residência, através dos últimos 4 (quatro) meses de conta de água, luz ou telefone, ou contrato de locação, registro em cartório notarial a 12 (doze) meses, no mínimo.

IV – Plano de apresentação da atividade discriminado:
a) Modalidade pretendida;
b) Locais de operação;
c) Horários;
d) Características das embarcações.

V – Termo de responsabilidade;

VI – Apólice de seguro;

VII – Documentos exigidos pela Capitania dos Portos;

VIII – Certificado de registro e licenciamento da embarcação.

CAPÍTULO IV – DA OPERAÇÃO

Seção I – Condições Gerais

Art. 7º A prestação dos serviços deverá observar os princípios da segurança, regularidade, eficiência, acessibilidade, modicidade e respeito às normas aplicáveis.

Art. 8º Os serviços serão prestados por autorizatários, conforme o Termo de Autorização.

I – Poderá o titular cadastrar 01 (um) auxiliar, desde que devidamente habilitado e autorizado pelo Município

Art. 9º O autorizatário deverá:

I – Operar com a embarcação e atividade indicadas;

II – Manter a embarcação em condições adequadas;

III – Possuir operador habilitado;

IV – Cumprir horários e rotas estabelecidas;

V – Portar os documentos obrigatórios;

VI – Manter conduta compatível com a função.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Art. 10. Os serviços ocorrerão em pontos previamente autorizados pelo Poder Público.

Art. 11. É obrigatória a presença de coletes salva-vidas para todos os ocupantes.

Art. 12. O transporte de materiais deverá observar as normas de segurança.

Art. 13. Os serviços deverão ser prestados entre 06h00 e 22h00.

Parágrafo único. Serviços após esse horário dependerão de autorização prévia da Secretaria Municipal de Transportes.

Seção II – Direitos e Deveres dos Passageiros

Art. 14. São direitos dos usuários:

I – Segurança, pontualidade e cortesia;
II – Acesso a informações claras;
III – Uso de coletes salva-vidas;
IV – Canal de atendimento;
V – Tarifa justa e informada;
VI – Atendimento prioritário a pessoas com deficiência, idosos, gestantes e pessoas com mobilidade reduzida.

Seção III – Padronização

Art. 15. As embarcações seguirão padronização visual definida por decreto.

§1º A padronização visa à identificação clara das atividades.

§2º A padronização incluirá:

a) Cores por atividade;
b) Faixas ou sinais externos;
c) Identificação da autorização;
d) Uniformes padronizados.

§3º Os critérios serão definidos por decreto.

§4º O descumprimento ensejará a aplicação de penalidades.

Seção IV – Fiscalização

Art. 16. A Secretaria Municipal de Transportes exercerá a fiscalização, diretamente ou em cooperação com outros entes.

Art. 17. Compete à fiscalização:

I – Verificar o cumprimento da autorização;
II – Inspecionar embarcações e condutas;
III – Apurar denúncias;
IV – Aplicar penalidades;

V – Apreender embarcações irregulares.

Art. 18. O processo administrativo para apuração de infrações obedecerá ao contraditório e à ampla defesa, sendo instaurado pela Secretaria Municipal de Transportes ou outro órgão competente, conforme regulamento.

Art. 19. Poderão ser utilizadas tecnologias de rastreamento e controle.

CAPÍTULO V – DAS PENALIDADES

Seção I – Disposições Gerais

Art. 20. O descumprimento das disposições desta Lei, de seu regulamento ou das condições previstas no Termo de Autorização implicará a aplicação das seguintes penalidades, sem prejuízo de sanções civis e criminais cabíveis:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Suspensão da autorização;

IV – Cassação da autorização.

Art. 21. As penalidades poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, reincidência e gravidade da infração.

Seção II – Das Infrações e Multas

Art. 22. Consideram-se infrações às normas desta Lei, sujeitas à multa, as condutas descritas a seguir:

I – Infrações leves – Multa de até R$ 500,00:

a) Não manter visíveis na embarcação as informações obrigatórias (horários, tarifas, identificação);
b) Deixar de garantir condições mínimas de higiene e conforto nas embarcações;
c) Não priorizar embarque e desembarque de pessoas com deficiência, idosos, gestantes e demais públicos protegidos por lei;
d) Omitir ou não informar os procedimentos de emergência aos passageiros.

II – Infrações médias – Multa de até R$ 1.000,00:

a) Ausência de documentação obrigatória a bordo;
b) Transporte irregular de carga ou em desacordo com as normas da Capitania dos Portos;
c) Permitir embarque de passageiros sob efeito de substâncias ou em situação de risco;
d) Transportar além da capacidade permitida da embarcação;
e) Ausência ou irregularidade nos equipamentos de segurança;
f) Negligência na segurança durante embarque e desembarque;
g) Descumprimento de prazos para regularização determinados em notificação.

III – Infrações graves – Multa de até R$ 1.500,00:

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

a) Não iniciar a operação do serviço no prazo estabelecido;
b) Prestar serviço em desacordo com o Termo de Autorização;
c) Obstruir ou dificultar a ação de fiscalização;
d) Intimidar, coagir ou agredir fisicamente ou moralmente servidores públicos ou passageiros;
e) Interromper o serviço sem justificativa ou comunicação prévia.

IV – Infrações gravíssimas – Multa de até R$ 2.000,00 e possível cassação da autorização:

a) Prestar serviço sem autorização do Município;
b) Operar sem seguro obrigatório ou vistoria válida;
c) Fornecer informações falsas ou fraudar documentação;

§1º Os valores exatos das multas serão definidos em regulamento específico, por meio de decreto do Poder Executivo, conforme a gravidade da infração.

§2º A reincidência, a omissão na correção de irregularidades e o risco à segurança dos usuários ou ao meio ambiente poderão agravar a penalidade aplicada.

§3º A cassação da autorização poderá ser aplicada nos casos de infrações gravíssimas ou por reiteradas infrações leve, média ou graves, sem prejuízo da inscrição do autorizatário no cadastro de inidôneos do Município.

CAPÍTULO VI – DO ORDENAMENTO DAS ATIVIDADES NÁUTICAS

Art. 23. As atividades ocorrerão em áreas previamente autorizadas pelo Poder Executivo.

Art. 24. O plano de ordenamento definirá:

I – Áreas autorizadas;
II – Capacidade operacional;
III – Rotas e corredores náuticos;
IV – Vedação de áreas protegidas;
V – Sinalização obrigatória.

Art. 25. É vedada a operação fora dos pontos autorizados.

Art. 26. O ordenamento poderá ser revisado periodicamente.

CAPÍTULO VII – DA COBRANÇA DE TRIBUTOS, PREÇOS PÚBLICOS E TARIFAS

Art. 27. Ficam instituídas as seguintes obrigações:

I – TFAN: devida anualmente pelos operadores, com valores definidos conforme tabela;
II – Preço público: devido pelo uso de estruturas náuticas públicas, conforme tabela;
III – Tarifas: valores referentes a passeios, travessias e transporte de materiais;
IV – Taxa de embarque: embarque e desembarque nos cais localizados no Município R$ 5,00 (cinco reais) por passageiro.

IV - idosos, pessoas com deficiência e demais hipóteses de gratuidade previstas na legislação federal, estadual ou municipal aplicável.

§ 1°. O Poder Executivo Municipal, através de decreto, poderá atualizar monetariamente os valores acima, de acordo com os índices oficiais, sempre que se fizer necessário.

Parágrafo único. O morador que deverá se cadastrar para ter o valor diferenciado.

Art. 28. A receita proveniente das taxas, preços públicos e tarifas instituídos nesta Lei será destinada exclusivamente ao custeio, manutenção, ampliação e melhoria das estruturas náuticas públicas do Município, compreendendo:
I – manutenção preventiva e corretiva dos cais e trapiches existentes;
II – aquisição de materiais de apoio e equipamentos necessários à operação e segurança das estruturas náuticas;
III – realização de obras de adequação e modernização da infraestrutura já instalada;
IV – construção de novos cais, trapiches e demais estruturas destinadas ao embarque e desembarque de passageiros;
V – ações de fiscalização, monitoramento e controle do uso das estruturas náuticas;
VI – demais investimentos voltados à melhoria da qualidade e segurança do transporte aquaviário no Município.

§ 1°. O Poder Executivo regulamentará, por decreto, a forma de gestão e aplicação dos recursos arrecadados, assegurando a transparência e a publicidade dos valores destinados a cada finalidade.
§ 2°. Os valores arrecadados terão destinação vinculada e não poderão ser utilizados para outras finalidades que não as previstas neste artigo.

Art. 29. Os valores arrecadados com tarifas, taxas e preços públicos serão destinados à manutenção, conservação e melhoria da infraestrutura náutica municipal, incluindo cais públicos, banheiros, rampas de acesso, sinalização e demais equipamentos de apoio.

Art. 30. São isentos da TFAN:

I – Órgãos públicos;

II – Pesca artesanal sem fins comerciais;

III – Entidades sem fins lucrativos devidamente cadastradas.

CAPÍTULO VIII – DA EXTINÇÃO DA AUTORIZAÇÃO

Art. 31. O recadastramento anual dos autorizatários será obrigatório, nos termos de regulamento.

§1° O não recadastramento ensejará a suspensão ou extinção da autorização.

§2° O recadastramento visa à atualização cadastral e verificação de regularidade.

Art. 32. A autorização terá natureza precária, podendo ser revogada a qualquer tempo por interesse público; nós seguintes casos:

I – Renúncia;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

II – Descumprimento das condições legais;
III – Prática reiterada de infrações;
IV – Ordem judicial;
V – Dissolução da pessoa jurídica.
VI- Razões de interesse público devidamente fundamentadas

Art. 33. A extinção da autorização implicará:

I – Proibição do exercício da atividade;
II – Devolução de espaço público eventualmente ocupado;
III – Retirada de equipamentos ou instalações.

Art. 34. A extinção da autorização não exime o autorizatário do cumprimento de obrigações pendentes com o Município.

CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, inclusive fixando os valores das taxas, tarifas e preços públicos.

Art. 36. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 37. Os casos omissos serão resolvidos por meio de decreto regulamentar.

Art. 38. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 39. Revogam-se lei municipal n° 837/2012.

Mangaratiba, 11 de dezembro de 2025.

Luiz Claudio de Souza Ribeiro
Prefeito

/Mensagem n.° 049, de 7 de outubro de 2025

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

ANEXO I – TABELA MODELO DE TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADE NÁUTICA (TFAN)		
Categoria da Atividade	**Atividade**	**Valor Anual da TFAN (R$)**
Pequeno porte individual	Pesca artesanal, canoagem, passageiros, passeio	R$ 150,00
Microempreendedor náutico	Passeio de lancha, stand-up paddle	R$ 300,00
Empresa de turismo náutico	Escuna, catamarã, jetski turístico	R$ 1.200,00
Marina ou garagem náutica	Com estrutura de atracação	R$ 3.500,00

ANEXO II – TABELA MODELO DE PREÇOS PÚBLICOS PELO USO DE ESTRUTURA NÁUTICA PÚBLICA			
Tipo de Embarcação	Até 1 hora	Até 6 horas	Diária (24h)
Barco até 5m	R$ 10,00	R$ 25,00	R$ 40,00
Lancha até 10m	R$ 15,00	R$ 40,00	R$ 70,00
Embarcação turística	R$ 50,00	R$ 120,00	R$ 200,00

ANEXO III – TABELA DE TARIFAS			
Local	**Destino**	**Turista**	**Morador**
Itacuruça	Gamboa	R$ 5,00	R$ 3,00
Itacuruça	Flexeira	R$ 5,00	R$ 3,00
Itacuruça	Praia grande	R$ 14,00	R$ 8,00
Itacuruça	Jaguanum	R$ 25,00	R$ 20,00
Itacuruça	Águas lindas	R$ 25,00	R$ 20,00
Local	**Destino**	**Tarifa**	
Centro	Guaíba	R$ 25,00	
Ribeira	Guaíba	R$ 20,00	
Junqueira	Guaíba	R$ 20,00	
Ibicuí	Guaíba	R$ 25,00	
Sahy	Guaíba	R$ 25,00	
Praia do saco	Guaíba	R$ 25,00	
Centro	Tapuá	R$ 30,00	
Ribeira	Tapuá	R$ 25,00	
Junqueira	Tapuá	R$ 25,00	
Ibicuí	Tapuá	R$ 30,00	
Sahy	Tapuá	R$ 25,00	
Praia do saco	Tapuá	R$ 30,00	
Muriqui	Três irmãs	R$ 15,00	
Muriqui	Praia grande	R$ 25,00	
Muriqui	Jaguanum	R$ 25,00	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

LEI Nº 1.636, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

ALTERA O CAPUT DO ART 1º DA LEI Nº 765, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE INSTITUIU O ALUGUEL SOCIAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, REGULAMENTADO PELO DECRETO Nº 2789, DE 05 DE JUNHO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, conforme art. 92, inciso I, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica alterado o "*caput*" do art. 1º da Lei nº 765, de 21 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

***"Art. 1º** Fica criado no âmbito deste Município, o aluguel social, no valor correspondente à 50% do salário mínimo vigente, para atendimento de situações advindas de calamidades públicas, catástrofes naturais, assim como de casos fortuitos ou força maior".*

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Mangaratiba, 11 de dezembro de 2025.

LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO
Prefeito

/Mensagem n.º 064, de 07 de novembro de 2025.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

DECRETO Nº 5.212, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025

Altera o artigo 1º do Decreto Municipal nº 4.975, de 12 de janeiro de 2024, que estabelece normas e procedimentos para a celebração de Termos de Colaboração entre o Município de Mangaratiba e Organizações da Sociedade Civil — OSCs, para atendimento educacional e nutricional às crianças na faixa etária de 6 (seis) meses a 3 (três) anos de idade, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,

CONSIDERANDO a necessidade de ampliação do atendimento educacional na Educação Infantil, compreendendo também a etapa da pré-escola, nos termos do artigo 30, incisos I e II, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO o interesse público em garantir o acesso à educação às crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade, etapa obrigatória da Educação Básica.

DECRETA:

Art. 1º O artigo 1º do Decreto Municipal nº 4.975, de 12 de janeiro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 1º** A celebração de Termos de Colaboração entre o Município de Mangaratiba, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Organizações da Sociedade Civil — OSCs, destina-se ao atendimento educacional e nutricional de crianças na faixa etária de 6 (seis) meses a 3 (três) anos de idade, etapa creche da Educação Infantil, podendo também atender crianças na faixa etária de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, etapa da pré-escola."*

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto Municipal nº 4.975, de 12 de janeiro de 2024.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 08 de dezembro de 2025.

Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

LEI COMPLEMENTAR N.º 094, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

Revoga o item 1.14 do artigo 184 da Lei n.º 28, de 30 de dezembro de 1994 (Código Tributário do Município de Mangaratiba), que dispõe sobre a taxa de expediente devida pelo protocolo de requerimentos perante a Administração Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

Lei Complementar:

Art. 1º Fica revogado o item 1.14 do artigo 184 da Lei nº 28, de 30 de dezembro de 1994 (Código Tributário do Município de Mangaratiba), que dispõe sobre a taxa de expediente devida pelo protocolo de requerimento perante a Administração Pública.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 11 de dezembro de 2025.

LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO
Prefeito

/Mensagem n.º 062, de 5 de novembro de 2025

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
MANGARATIBA

PARECER Nº 012/2025 DO CMS DE MANGARATIBA

O Conselho Municipal de Saúde de Mangaratiba, á cerca da eleição e posse para Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Mangaratiba, para o biênio 2026/2027;

Considerando o disposto na Lei Complementar 141/2012:

Art. 36. §1° A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar a observância do disposto neste artigo mediante o envio de Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, **CABENDO AO CONSELHO EMITIR PARECER CONCLUSIVO SOBRE O CUMPRIMENTO OU NÃO DAS NORMAS ESTITUÍDAS NESTA LEI COMPLEMENTAR**, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, sem prejuízo do disposto nos **art. 56** e **art. 57** da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000.

Art. 41. Os Conselhos de Saúde, no âmbito de suas atribuições, avaliarão a cada quadrimestre o relatório consolidado do resultado da execução orçamentária e financeira no âmbito da saúde e o relatório do gestor da saúde sobre a repercussão da execução desta Lei Complementar nas condições de saúde e na qualidade dos serviços de saúde das populações respectivas e encaminhará ao Chefe do Poder Executivo do respectivo ente da Federação as indicações para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

Resolve|:

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária de 27 de Novembro de 2025 do Conselho Municipal de Saúde de Mangaratiba, á cerca da eleição para Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde, para o Biênio 2026/2027 com base nas Chapas inscritas, sendo elas:

- CHAPA 01- Ana Maria Ferreira Abrahão e Anderson Luis Fortes Gonçalves (Presidente e Vice-Presidente)

- CHAPA 02- David de Souza da Silva e Alexandre Taveira (Presidente e Vice-Presidente)

CONSIDERANDO que, conforme a apuração realizada perante os Conselheiros presentes no Pleito, a Chapa 01 obteve 08 (oito) votos, a Chapa 02 obteve 03 (três) votos, havendo ainda 01 (uma) abstenção;

RESOLVEU QUE FICA APROVADO a Chapa 01, para exercer as funções de Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Mangaratiba para o Biênio 2026/2027, tendo em vista a maioria dos votos dos Conselheiros presentes no Pleito

Mangaratiba,03 de Dezembro de 2025.

Ana Maria F. Abrahão

Ana Maria Ferreira Abrahão
Presidente do CMS de Mangaratiba

HOMOLOGUE-SE, PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

PREFEITO MUNICIPAL

Luiz Claudio de Souza Ribeiro
PREFEITO

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
MANGARATIBA

RESOLUÇÃO Nº 012/2025 CMS

O Conselho Municipal de Saúde de Mangaratiba, á cerca da eleição e posse para Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Mangaratiba, para o biênio 2026/2027;

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições com base na Resolução 453/2012, Lei 8080/90 e Lei Complementar 141/2012 e em seu Regimento Interno.

Considerando o disposto na Resolução Nº453 de 10 de Maio de 2012:

"Quarta Diretriz – item IX – **DELIBERAR SOBRE OS PROGRAMAS DE SAÚDE** e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;"

Considerando o disposto na Lei Complementar 141/2012:

"Art. 41. Os Conselhos de Saúde, no âmbito de suas atribuições, avaliarão a cada quadrimestre o relatório consolidado do resultado da execução orçamentária e financeira no âmbito da saúde e o relatório do gestor da saúde sobre a repercussão da execução desta Lei Complementar nas condições de saúde e **NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DAS POPULAÇÕES RESPECTIVAS** e encaminhará ao Chefe do Poder Executivo do respectivo ente da Federação as indicações para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias."

Considerando o disposto na Quinta Diretriz, itens X e XVII da Resolução 453 de 10 de Maio de 2012 do CNS:

"X - a cada quadrimestre deverá constar dos itens da pauta o pronunciamento do gestor, das respectivas esferas de governo, para que faça a prestação de contas, em relatório detalhado, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com a Lei Complementar no 141/2012.

XVII – **ANALISAR, DISCUTIR E APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO**, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento".

Resolve|:

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária de 27 de Novembro de 2025 do Conselho Municipal de Saúde de Mangaratiba, á cerca da eleição para Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde, para o Biênio 2026/2027 com base nas Chapas inscritas, sendo elas:

- CHAPA 01- Ana Maria Ferreira Abrahão e Anderson Luis Fortes Gonçalves (Presidente e Vice-Presidente)
- CHAPA 02- David de Souza da Silva e Alexandre Taveira (Presidente e Vice-Presidente)

CONSIDERANDO que, conforme a apuração realizada perante os Conselheiros presentes no Pleito, a Chapa 01 obteve 08 (oito) votos, a Chapa 02 obteve 03 (três) votos, havendo ainda 01 (uma) abstenção;

RESOLVEU QUE FICA APROVADO a Chapa 01, para exercer as funções de Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Mangaratiba para o Biênio 2026/2027, tendo em vista a maioria dos votos dos Conselheiros presentes no Pleito;

Mangaratiba,03 de Dezembro de 2025.

Ana Maria F. Abrahão.

Ana Maria Ferreira Abrahão

Presidente do CMS de Mangaratiba

HOMOLOGUE-SE, PUBLIQUE-SE
E CUMPRA-SE

PREFEITO MUNICIPAL

Luiz Claudio de Souza Ribeiro
PREFEITO

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE MANGARATIBA

PARECER Nº 013/2025 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Dispõe sobre o resultado da Eleição e a posse dos conselheiros dos seguimentos usuários e profissionais de saúde para o biênio de 2026/2027.

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições com base na Resolução 453/2012, Lei 8080/90 e Lei Complementar 141/2012 e em seu Regimento Interno.

Considerando a Reunião Extraordinária realizada no dia **27 de novembro de 2025**, com a presença dos conselheiros municipais;

Considerando que na referida reunião foi decidido que a **posse dos novos conselheiros** aconteceria na **presente data**;

Considerando o processo de votação para composição dos segmentos **Usuários** e **Profissionais de Saúde** deste Conselho;

Resolve:

Art. 1º – Homologar o resultado da votação do segmento Usuários, conforme tabela abaixo:

Entidade / Instituição	Nº de Votos
SISPMUM	2
AMORAJUM	5
ASSOPESCA	1
Loja Maçônica	2
Associação dos Moradores e Amigos do Vale do Rio Sahy	3
ONG Vida Longa e Saudável	2
AMACA	6
OSC Mares	3

Art. 2º – Ficam declaradas como entidades TITULARES do segmento Usuários:

- **AMACA**
- **AMORAJUM**
- **MARES**

- **Associação dos Moradores e Amigos do Vale do Rio Sahy**
- **SISPMUM**
- **Loja Maçônica**

Art. 3º – Homologar o resultado da votação do segmento Profissionais de Saúde, conforme tabela abaixo:

Conselho / Entidade	Nº de Votos
CRN4	38
CREFITO	2
Conselho Federal de Farmácia – CRF	0
Conselho Regional de Psicologia do RJ – CRP RJ	0

Art. 4º – Declarar como TITULARES do segmento Profissionais de Saúde:

- **CRN4**
- **CREFITO**
- **SINTSAÚDE**

Parágrafo único – *Não houve eleição para o preenchimento da vacância do segmento dos profissionais de saúde, em razão de haver apenas um (1) candidato inscrito. Dessa forma, por ausência de outros concorrentes, o SINTSAÚDE foi declarado eleito para representar o referido segmento.*

Art. 5º – A posse dos novos conselheiros ocorreu conforme decisão da Reunião Extraordinária de 27 de novembro de 2025.

Art. 6º – Fica estabelecido o quadro de conselheiros para o biênio 2026/2027, conforme segue:

I – GOVERNAMENTAIS

- **Titular – Secretaria de Saúde de Mangaratiba:** Lucas da Silva Venito
- **Suplente – Secretaria de Saúde de Mangaratiba:** Juliana Cardoso de Paiva
- **Titular – Secretaria de Saúde de Mangaratiba:** Clécio Soares Galvão
- **Suplente – Secretaria de Saúde de Mangaratiba:** Cesar Augusto Souza da Silva
- **Titular – Secretaria de Educação de Mangaratiba:** Paula Azevedo Santos de Miranda
- **Suplente – Secretaria de Educação de Mangaratiba:** Katiuscia de Souza Pace

II – TRABALHADORES DA SAÚDE

- **Titular – Conselho Regional de Nutrição – 4ª Região (CRN4):** Ana Maria Ferreira Abrahão
- **Titular – CREFITO:** Fabíola Maria Pardal Campos
- **Titular – Sindicato dos Trabalhadores no Combate às Endemias e Saúde Preventiva do Estado do RJ (SINTSAÚDE):** David de Souza da Silva

III – USUÁRIOS

- **Titular – MARES:** Jandaira Santos Coelho de Moura

- **Titular – AMACA:** Anderson Luiz Fortes Gonçalves
- **Titular – SISPMUM:** Marcus Vinicius Caram de Souza
- **Titular – AMORAJUM:** José Carlos Tavares
- **Titular – Associação de Moradores do Vale do Sahy:** Alexandre Taveira
- **Titular – Loja Maçônica:** Emilson dos Santos Coelho

Mangaratiba,03 de dezembro de 2025

Ana Maria F. Abrahão
Ana Maria Ferreira Abrahão
Presidente do CMS de Mangaratiba

HOMOLOGUE-SE, PUBLIQUE-SE
E CUMPRA-SE

PREFEITO MUNICIPAL

Ana Maria F. Abrahão
Ana Maria Ferreira Abrahão
Presidente do CMS de Mangaratiba

HOMOLOGUE-SE, PUBLIQUE-SE
E CUMPRA-SE

PREFEITO MUNICIPAL

Luiz Claudio de Souza Ribeiro
PREFEITO

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
MANGARATIBA

RESOLUÇÃO 0013/2025

Dispõe sobre o resultado da Eleição e a posse dos conselheiros dos seguimentos usuários e profissionais de saúde para o biênio de 2026/2027.

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições com base na Resolução 453/2012, Lei 8080/90 e Lei Complementar 141/2012 e em seu Regimento Interno.

Considerando a Reunião Extraordinária realizada no dia **27 de novembro de 2025**, com a presença dos conselheiros municipais;

Considerando que na referida reunião foi decidido que a **posse dos novos conselheiros** aconteceria na **presente data**;

Considerando o processo de votação para composição dos segmentos **Usuários** e **Profissionais de Saúde** deste Conselho;

Resolve:

Art. 1º – Homologar o resultado da votação do segmento Usuários, conforme tabela abaixo:

Entidade / Instituição	Nº de Votos
SISPMUM	2
AMORAJUM	5
ASSOPESCA	1
Loja Maçônica	2
Associação dos Moradores e Amigos do Vale do Rio Sahy	3
ONG Vida Longa e Saudável	2
AMACA	6
OSC Mares	3

Art. 2º – Ficam declaradas como entidades TITULARES do segmento Usuários:

- **AMACA**
- **AMORAJUM**
- **MARES**
- **Associação dos Moradores e Amigos do Vale do Rio Sahy**
- **SISPMUM**

- **Loja Maçônica**

Art. 3º – Homologar o resultado da votação do segmento Profissionais de Saúde, conforme tabela abaixo:

Conselho / Entidade	Nº de Votos
CRN4	38
CREFITO	2
Conselho Federal de Farmácia – CRF	0
Conselho Regional de Psicologia do RJ – CRP RJ	0

Art. 4º – Declarar como TITULARES do segmento Profissionais de Saúde:

- **CRN4**
- **CREFITO**
- **SINTSAÚDE**

Parágrafo único – *Não houve eleição para o preenchimento da vacância do segmento dos profissionais de saúde, em razão de haver apenas um (1) candidato inscrito. Dessa forma, por ausência de outros concorrentes, o SINTSAÚDE foi declarado eleito para representar o referido segmento.*

Art. 5º – A posse dos novos conselheiros ocorreu conforme decisão da Reunião Extraordinária de 27 de novembro de 2025.

Art. 6º – Fica estabelecido o quadro de conselheiros para o biênio 2026/2027, conforme segue:

I – GOVERNAMENTAIS

- **Titular – Secretaria de Saúde de Mangaratiba:** Lucas da Silva Venito
- **Suplente – Secretaria de Saúde de Mangaratiba:** Juliana Cardoso de Paiva
- **Titular – Secretaria de Saúde de Mangaratiba:** Clécio Soares Galvão
- **Suplente – Secretaria de Saúde de Mangaratiba:** Cesar Augusto Souza da Silva
- **Titular – Secretaria de Educação de Mangaratiba:** Paula Azevedo Santos de Miranda
- **Suplente – Secretaria de Educação de Mangaratiba:** Katiuscia de Souza Pace

II – TRABALHADORES DA SAÚDE

- **Titular – Conselho Regional de Nutrição – 4ª Região (CRN4):** Ana Maria Ferreira Abrahão
- **Titular – CREFITO:** Fabíola Maria Pardal Campos
- **Titular – Sindicato dos Trabalhadores no Combate às Endemias e Saúde Preventiva do Estado do RJ (SINTSAÚDE):** David de Souza da Silva

III – USUÁRIOS

- **Titular – MARES:** Jandaira Santos Coelho de Moura
- **Titular – AMACA:** Anderson Luiz Fortes Gonçalves
- **Titular – SISPMUM:** Marcus Vinicius Caram de Souza
- **Titular – AMORAJUM:** José Carlos Tavares

- **Titular – Associação de Moradores do Vale do Sahy:** Alexandre Taveira
- **Titular – Loja Maçônica:** Emilson dos Santos Coelho

Mangaratiba,03 de dezembro de 2025

Ana Maria Ferreira Abrahão
Presidente do CMS de Mangaratiba

HOMOLOGUE-SE, PUBLIQUE-SE
E CUMPRA-SE

PREFEITO MUNICIPAL

Luiz Claudio de Souza Ribeiro
PREFEITO

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PARA COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES GESTORAS DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – MANDATO 2026–2028, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Decreto nº 5178/2025, que institui a Gestão Democrática do Ensino na Rede Pública Municipal, e considerando o Edital nº 03/2025, que regulamentou o Processo Seletivo Público, Técnico e Participativo para a escolha de Diretores Escolares e Coordenadores Pedagógicos para o mandato de 2026–2028,

RESOLVE:

Art. 1º Fica **HOMOLOGADO** o resultado final do Processo Seletivo para composição das equipes gestoras das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, referente ao mandato de **1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2028**, conforme relação final encaminhada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Ficam declarados **aptos à nomeação** os candidatos classificados por unidade escolar e função, constantes no Anexo Único deste Termo de Homologação.

Art. 3º A nomeação dos candidatos homologados será efetivada por atos próprios, publicados no Diário Oficial do Município, conforme conveniência administrativa.

Mangaratiba, 12 de dezembro de 2025.

LUIZ CLAUDIO RIBEIRO
Prefeito Municipal de Mangaratiba

Luiz Claudio de Souza Ribeiro
PREFEITO

PREFEITURA MANGARATIBA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

ANEXO ÚNICO

DIRETORES APTOS À NOMEAÇÃO

UNIDADE ESCOLAR	CANDIDATOS
C.M. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	BIANCA MAÇANA MEDELLA
C.M. HERMINIA DE OLIVEIRA MATTOS	FLÁVIA GUALBERTO DA CUNHA
CIEP BRIZOLÃO 294 CANDIDO JORGE CAPIXABA	JOSIENE ZONTA DE SOUZA
E.M. CORONEL MOREIRA DA SILVA	ADRIANA DAS DORES DOMINGOS DE CASTRO
E.M. MARIA AUGUSTA LOPES	FABIANA SAMPAIO DE CASTRO RAMOS
E.M. PROFª. CECÍLIA FERRAZ	MÁRCIA MAIA DE MIRANDA BARROS
E. M. DIOGO MARTINS	JHENIFFER VIEIRA DE ALMEIDA
E.M. PRESIDENTE CASTELO BRANCO	LETÍCIA DE MORAES LEITE CAMPOS
E.M. CAETANO DE OLIVEIRA	GLAUCIANE AMARAL OLIVEIRA PONTES
E.M. MARIA HELENA DE ALMEIDA FERRAZANI	HELENA MARIA DE ANDRADE FERREIRA
E.M. GLAUBER DOS SANTOS BORGES	MICHELLY SATYRO PEREIRA
E.M. E. INF. PROF. MARIA DE LOURDES P. SILVA	LUCIMAR AUGUSTA DOS SANTOS
E.M. PAULO SCOFANO	LEANDRO RACCA ALVES
E.M. VICTOR DE SOUZA BREVES	GISELE DE PAULA BENTO LIMA E SOUZA
CEIM PROF. DENISE MENDES L. DE SOUZA	KETELLYN APARECIDA MACIEL DA SILVA
E. M. ANTONIO CORDEIRO PORTUGAL	FRANKCILENI DE SOUZA FAUSTA
E.M. PROFª. MARIA ROSA MAGALHÃES	ADRIANA BARBOSA DE SOUZA REIS
E. M. RAUL WERNECK DE CASTRO	VALÉRIA DA SILVA FERREIRA
CEIM PROFª KÊNIA CONCEIÇÃO DE LIMA	JÉSSICA DO CARMO CAMPELLO
CEIM NILTON XAVIER	TATIANA APARECIDA DA SILVA OTAVIANO CORRÊA
CEJAM – ANDREA FELIX DE OLIVEIRA DIAS	ADRIANA BRANCO CORREIA SOUTO
CEIM FREI AFFONSO JORGE BRAGA	VANESSA DA SILVA CANANÉA DUARTE COELHO
CEIM NORMA PINHEIRO CARDOSO	RAFAELA ARAÚJO DA COSTA
E.M. ADALBERTO PEREIRA PINTO	ANDRÉ LUIZ NASCIMENTO DE CARVALHO
E.M. ANTÔNIO CONCEIÇÃO DA COSTA	ALLINE MOTTA LEAL PONTES AROUCA
E.M. CORDÉLIA J.M.PAHL	IDÊ JÉSSICA MARTINS DE SOUZA CEZARIO
E. M. SEBASTIÃO JOSÉ FERNANDES	VALDIRENE CONCEIÇÃO DE SOUZA
E. M. JURANDIR DOS SANTOS FERNANDES	LEANDRO JOSÉ DOS SANTOS SILVA
CEIM AARÃO DE MOURA BRITO FILHO	ADRIANA PIMENTA DA SILVA ESTANISLAU
E. M. OLIVEIRA BELLO	ANDRESSA PEREIRA COSTA
E.M. ED. ESP.EMANUELA R. DE SOUZA	FABIANA AVILEZ DA SILVA
CEIM CYBELE REA JANNUZZI RUZZI	JOSILÉA ALVES DE MATOS AMÂNCIO
CEIM PRFª LAURA LACOMBE	DAIANA NOGUEIRA CAVALCANTI
E. M. AGOSTINHO DA S. MATTOS	JOSI SACHS GUALANDI
CEIM SANTA JUSTINA	ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA RODRIGUES
E. M. LEVY MIRANDA	ROSIANE FERNANDES DA SILVA
CEIM DAVI DE OLIVEIRA BROJO	VERA LUCIA BROJO AYRES DO NASCIMENTO
CEIM DAISE MARIA PIRES DOS SANTOS	FLÁVIA DE ARAÚJO MARTINS
CEIM MERENDEIRA DEVANY DE M. DA SILVA	MARCÍLIA DE JESUS MOURA
CEIM PROFª MARCIA LAURENTINO F. MOREIRA	ALESSANDRA DA SILVA
E. M. AGUAS LINDAS	KARLA BAPTISTA MIRANDA

Luiz Claudio de Souza Ribeiro
PREFEITO

COORDENADORES PEDAGÓGICOS APTOS À NOMEAÇÃO

UNIDADE ESCOLAR	CANDIDATOS
C.M. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	ERIKA DE MELLO FERREIRA
	LEONARDO CERUTTI DOS SANTOS
	CRISTIANE MORISCO BOTELHO
CIEP BRIZOLÃO 294 CANDIDO JORGE CAPIXABA	JANAÍNA DE MORAES CARVALHO FERREIRA NETTO
E.M. MARIA AUGUSTA LOPES	TATIANE DE MOURA DOS ANJOS PORTUGAL
	AMANDA CRISTINA DOS SANTOS XAVIER
E.M. PROFª. CECÍLIA FERRAZ	MARIA HELENA MARTINS DOS SANTOS WANDERLEY
	GLEICE DE ASSIS PÉRCICO
E. M. DIOGO MARTINS	SABRINA FÉLIX DE OLIVEIRA
	LÚCIA HELENA RAMOS DA SILVA
E.M. PRESIDENTE CASTELO BRANCO	SARA DE OLIVEIRA CONCEIÇÃO DA SILVA
	ANGÉLICA DA CONCEIÇÃO DA SILVA CALIXTO
E.M. CAETANO DE OLIVEIRA	SUZANA ALMEIDA CHIANCA
	ROBERTA CORRÊA OLIVEIRA BARBOZA
E.M. MARIA HELENA DE ALMEIDA FERRAZANI	MONIQUE MARINA DA CONCEIÇÃO SILVA ESTEVAN
CEIM PROFª SARA CAMARA DA ROCHA	ANA PAULA MOREIRA PORTUGAL CHEDIDI
	MICHELE DE OLIVEIRA SILVA RAMOS
E.M. E. INF. PROF. MARIA DE LOURDES P. SILVA	VANUSA ALMEIDA DE MELO
	ELIVANDA DE SOUSA DA LUZ
E.M. VICTOR DE SOUZA BREVES	VALDIRENE MARIANO DA SILVA ELIAS
CEIM PROF. DENISE MENDES L. DE SOUZA	ROGÉRIA PRADO DE OLIVEIRA RIBEIRO
E.M. PROFª. MARIA ROSA MAGALHÃES	LEDA MOREIRA CORRÊA DA SILVA
E. M. RAUL WERNECK DE CASTRO	MARISTELA GONÇALVES DA SILVA
CEIM NILTON XAVIER	NATHALIA MIRANDA PEREIRA
CEJAM – ANDREA FELIX DE OLIVEIRA DIAS	CELINA MARIA DA SILVA AMÉRICO
CEIM FREI AFFONSO JORGE BRAGA	HELLEN RAMOS FIGUEIREDO
E.M. ADALBERTO PEREIRA PINTO	SIMONE DOS SANTOS ALMEIDA DA SILVA
E. M. SEBASTIÃO JOSÉ FERNANDES	LUCILENE DE SOUZA
E. M. JURANDIR DOS SANTOS FERNANDES	LÚCIA ANDRADE DA SILVA FEIJÓ

Luiz Claudio de Souza Ribeiro
PREFEITO

EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Subsecretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:
Nívea Marques

Edição e Revisão:
Jean Carlos Maia

Diagramação:
Jean Carlos Maia

Fotografia:
Jonathan Abade
Renan Ferrazzani

Impressão:
Subsecretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal